



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**MAIRA DELMONDES DE MATOS**

**A PALAVRA E O CONCEITO: a forja de conceitos políticos e sociais nos discursos do  
periódico político *A Imprensa* (1865-1889)**

**PICOS-PI,  
2019**

**MAIRA DELMONDES DE MATOS**

**A PALAVRA E O CONCEITO: a forja de conceitos políticos e sociais nos discursos do  
periódico político *A Imprensa* (1865-1889)**

Monografia submetida à Coordenação do Curso  
de História da UFPI de Picos, Campus Senador  
Helvídio Nunes de Barros, como requisito para a  
obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof.Ms. Heitor Matos da Silva.

**PICOS-PI,  
2019**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca José Albano de Macêdo

**M433p** Matos, Maira Delmondes de.

A palavra e o conceito: a forja de conceitos políticos e sociais nos discursos do periódico político A Imprensa (1865-1889). / Maira Delmondes de Matos. – Picos, PI, 2019.

53 f.

CD-ROM: 4 ¾ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.

Orientador(A): Prof. Me. Heitor Matos da Silva.

1. Liberalismo – Piauí. 2. Análise do Discurso – Séc. XIX.  
3. Imprensa – Teresina, PI. 4. Teoria da História. I. Título.

**CDD 321.8**

MAIRA DELMONDES DE MATOS

**A PALAVRA E O CONCEITO: a forja de conceitos políticos e sociais nos discursos do periódico político *A Imprensa* (1865-1889)**

Monografia Submetida à Coordenação do Curso de História da UFPI de Picos, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em História.  
Orientador: Prof.Ms.Heitor Matos da Silva.

Aprovada em: 17 / 06 / 2019

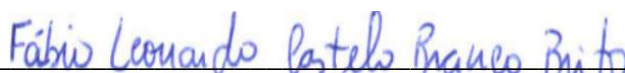
Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA



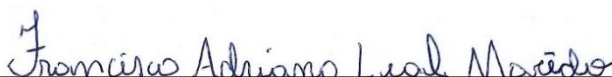
---

**Prof.Ms. Heitor Matos da Silva**  
Orientador



---

**Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito**  
1º Examinador



---

**Prof. Francisco Adriano Leal Macêdo**  
2º Examinador

**PICOS-PI,**

**2019**

*Em minha discreta opinião, senhor doutor,  
tudo quanto não for vida, é literatura, A  
história também...*

*José Saramago*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus mestres, em especial a meu orientador Heitor Matos.

A minha mãe Nalva Águida por me ensinar a ser insubmissa até aos meus próprios medos.

As minhas irmãs Vivi Delmondes e Inara Delmondes por que sempre fomos nós contra o mundo.

A meu amor Eduardo Lacerda pelo carinho que me tem sido tão importante nessa caminhada.

Ao meu contraste Luciana Delmondes por se render tantas vezes a debater filosofia barata comigo madrugada adentro.

Toda a minha gratidão aos meus colegas de curso que me acolheram quando precisei.

## RESUMO

O presente trabalho pretende analisar a construção do pensamento “liberal” no Piauí em meados do século XIX por meio dos discursos estruturados no periódico político, *A imprensa*, que circulou na então nova sede da província, Teresina, de 1865 a 1889, alcançando assim momentos de furor na sociedade local. Observamos eventos marcantes na história do estado como a participação da província na guerra do Paraguai, a seca de 1870 e o fenômeno dos migrantes em Teresina. Levando em consideração a construção e fragmentação de conceitos que emergiam de seus artigos. Esta escrita intenciona analisar a flutuação das ideias de modernidade e progresso, patriotismo e nacionalismo presentes no discurso liberalista a luz da semântica de Reinhart Koselleck e Norberto Bobbio, bem como as variações na ideia de cidadão por meio aporte teórico de José Murilo de Carvalho e Sidney Chalhoub.

**Palavras-chave:** Teoria da História. Discurso. Conceito. Nacionalismo. Liberalismo. Imprensa.

## ABSTRACT

The present work intends to analyze the construction of the "liberal" thought in Piauí in the middle of the nineteenth century through the speeches structured in the political periodical, The press, that circulated in the then new province headquarters, Teresina, from 1865 to 1889, thus reaching moments of fury in the local society. We have observed remarkable events in the history of the state such as the participation of the province in the war in Paraguay, the drought of 1870 and the phenomenon of migrants in Teresina. Taking into consideration the construction and fragmentation of concepts that emerged from that of his articles. This writing intends to analyze the fluctuation of the ideas of modernity and progress, patriotism and nationalism present in the liberal discourse in the light of the semantics of Reinhard Koselleck and Norberto Bobbio, as well as the variations in the idea of citizen through theoretical contribution of José Murilo de Carvalho and Sidney Chalhoub.

**Keywords:** Theory of History. Speech. Concept. Nationalism. Liberalism. Press.



## SUMÁRIO

MANUAL DE LEITURA .....	8
CAPÍTULO I - NO THEATRO DA GUERRA .....	13
CAPÍTULO II - LIBERALISMO DE SERTÃO.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	47
REFERÊNCIAS .....	49

## MANUAL DE LEITURA

De meados do século XIX as suas últimas décadas o Brasil testemunhara uma circulação de ideias incomum, conceitos se confundiam, distorciam ou tinham uma aplicabilidade distante da ordem dos discursos, e na província do Piauí não foi diferente, sendo o furor ideológico sentido com maior intensidade na então novíssima capital, a cidade de Teresina.

Realizava-se a eleição para a Assembléia provincial a 15 de janeiro de 1852. Seu resultado é conhecido em 15 de março. Venceu Saraiva: a maioria dos deputados é partidária da mudança. Instalaram-se os trabalhos da Assembléia a 1º de junho e no dia 20 vai aprovada a lei da mudança conforme o desejo do Presidente<sup>1</sup>.

Ainda que não seja simples conceituar a palavra cidade de maneira satisfatória, é notório que os idealizadores da transferência da capital de Oeiras para uma nova sede planejada, tinham a mesma ambição modernizadora que regia as decisões do então jovem presidente da província o Dr. José Antonio Saraiva. Sendo a quebra do ruralismo a principal característica do discurso modernista no Piauí. Era uma ambição de Saraiva quebrar o estigma de atraso que envolvia a província.

É discurso comum e de fácil constatação que na capitania do Piauí a estrutura econômica e social se ergueu sob a influência da pecuária, desde a colonização dessas terras, e, portanto as atividades ligadas à fazenda tinham destaque e os povoados se desenvolviam nos arredores destas.

O vaqueiro era o administrador da fazenda. As relações trabalhistas entre ele e o fazendeiro firmavam-se através de contrato verbal, em regime de parceria. Competia ao proprietário da terra fornecer o gado, as instalações físicas da fazenda, os instrumentos agrícolas e pastoris e até escravos<sup>2</sup>.

A manutenção das fazendas era regida de forma simples, tendo no vaqueiro, uma liderança na ausência dos detentores das terras, que tinha em como uma forma de “pagamento” a destinação de uma parte das crias para o vaqueiro administrador, normalmente uma em cada quatro, sendo assim a única profissão que possibilitava a mudança de status social, nesse contexto à utilização de mão de obra escrava era uma das possibilidades de comércio. Diante desse cenário, embora os lucros estivessem aparecendo, a estagnação em

---

<sup>1</sup>CHAVES, Joaquim (Pe). *Teresina: subsídios para a História do Piauí*. Teresina: [s. n.], 1952. p. 26.

<sup>2</sup> ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e cenográfica da província do Piauí*. Teresina: COMPEPI, 1981.p.86.

relação a outras atividades econômicas ficava evidente, proporcionando uma acumulação de renda aos donos de terras. No entanto o capital investido era quase inexpressível, e mesmo sendo de baixo custo, a progressão e o desenvolvimento não fluíam de forma positiva, ocasionando o absenteísmo de alguns detentores de terras, o acúmulo de capital de poucos e principalmente a estagnação econômica e social.

E como é evidenciado por Freitas Borges e Cavalcante Júnior em seu ensaio, *Construindo uma identidade indesejada: a cultura letrada e o malogro da piauiensidade*,<sup>3</sup> os ecos desse passado rural impregnaram na elite intelectual piauiense de meados do século XIX para o começo do XX a necessidade de reivindicar mudanças, contribuindo conscientemente ou não para a construção do estigma de atraso.

A realidade da província estava assim dividida entre uma experiência pobre e rural e um discurso modernizador que circulava entre as elites. Nesse contexto, o jornalismo servia como base para propagação de ideias que já circulavam no restante do país. Apesar de ter se desenvolvido com atraso em relação às demais províncias, o jornalismo piauiense logo tomou forma, possuindo um caráter evidentemente político.

Circulavam na capital diversos periódicos como a *Ordem*, o primeiro jornal impresso em Teresina, editado por Antônio da Costa Neves e redigido por José Martins Pereira de Alencastre. Lívio Castello Branco lança *O Conciliador Piauiense*, ao qual se segue *O Propagador e Liga e Progresso*, ambos na década de 1860. Ainda na década de sessenta mais especificamente em 1865 os liberais publicam o primeiro exemplar do jornal *A Imprensa*. Os conservadores terminam a década de 1850 com *O Semanário*, ao qual se segue *A Moderação*, *O Piauihy*, *A Opinião Conservadora* até *A Época* em 1878<sup>4</sup>.

Aqui daremos ênfase aos discursos produzidos pelo periódico *A Imprensa*, sua publicação inaugural data de 27 de junho de 1865 e traz em seu enunciado “periódico político”, além das datas e presos específicos para assinatura. Deixando claro já em suas primeiras palavras o seu caráter político. O periódico manteve sua atividade até 1889 se tornando assim o de maior longevidade da província e, portanto um importante formador de opinião.

Por ser um órgão do partido liberal monárquico, o periódico expressa em suas páginas a influência do pensamento iluminista, durante toda sua vida útil propaga os dogmas da

---

<sup>3</sup>FREITAS BORGES, J. C. de; CAVALCANTE JUNIOR, I. G. *Construindo uma Identidade Indesejada: a cultura letrada e o malogro da piauiensidade*. In: OLIVEIRA, K. I. P; SOUSA, I.C.S. (Org.). *Olhares de Clío: cenários, sujeitos e experiências históricas*. 1ed.Teresina: EDUFPI, 2013, v. 1, p. 1-12.

<sup>4</sup>RÊGO LEAL, Ana Regina Barros. *Jornais Monarquistas Piauienses - mapeamento da temática republicana no final do Segundo Reinado*.

constituição, e o império da liberdade nas instituições, na indústria, nas artes, no comércio, no ensino, enfim em tudo que requer organização social. Além de se tornar um importante porta voz do governo Imperial, posto que no quando de sua implantação na capital piauiense o Império estava sob comando do partido liberal.

A inauguração do periódico coincide ainda com um momento de fortes tensões internacionais nas fronteiras do império, ou melhor, estas tensões têm como sua causa mais palpável à imprecisão das fronteiras imperiais com seus vizinhos da região platina, desencadeando no conflito que em terras brasileiras ficaria conhecido apenas como “guerra do Paraguai”, *A Imprensa* ocupa boa parte das edições de seus primeiros anos com notícias do conflito, e até os acontecimentos mais corriqueiros passam a ser observados a partir da lógica bélica.

Essa análise busca atingir alguma compreensão do forte sentimento nacionalista inaugurado pelo conflito. Ao longo século XIX a América Latina presencia o surgimento de seus Estados Nação, logo a necessidade de validação das políticas vigentes tem na atividade periodista um agente e também uma testemunha, nossa discussão tenta fazer uma comparação da atividade periodista da província do Piauí com a dos demais países envolvidos na guerra.

Nesse sentido nosso debate terá como ponto de orientação as colocações de José Carlos Chiamaronte e Maria Victória Baratta para investigar a construção das identidades nacionais, percebendo na violência Estatal do esforço da guerra um fator de legitimação das configurações sociais estabelecidas pelo conflito, bem como a emergência e modificação dos conceitos a partir da guerra.

Essa pesquisa encara os conceitos que emergem do período não apenas como consequência das tensões da sociedade, mas também como agentes formadores desta realidade. Existe algo nos discursos que funciona como um jogo de espelhos que ao tempo em que refletem o real, o expandem, e são justamente as questões contidas atrás do espelho que interessam.

Por meio da dimensão discursiva criada pelo periódico pretendemos discutir aqui a expansão do discurso liberal nos seus artigos, bem como evidenciar suas particularidades, buscando perceber sua contribuição na construção de conceitos essenciais a qualquer sociedade, mas que, no entanto tem uma variedade de sentidos ligados a realidade a qual estão inseridos. Para pensar a complexidade da construção dos conceitos utilizaremos o aporte teórico da semântica de Reinhard Koselleck.

Os acontecimentos históricos não são possíveis sem atos de linguagem, e as experiências que adquiridos a partir deles não podem ser transmitidas sem uma linguagem. Mas nem os acontecimentos nem as experiências se reduzem a sua articulação linguística. Pois em cada acontecimento entram numerosos fatores que nada tem a ver com a linguagem, e existem estratos da experiência que se subtraem a toda comprovação linguística. Sem dúvida, para serem eficazes, quase todos os elementos extralinguísticos dos acontecimentos, os dados naturais e materiais, as instituições e os modos de comportamento, dependem da mediação da linguagem. Mas não se restringem a ela. As estruturas pré-linguísticas e a comunicação linguística, graças à qual os acontecimentos existem, permanecem entrelaçados, embora jamais coincidam inteiramente<sup>5</sup>.

A contribuição de Reinhart Koselleck para estruturar a análise das fontes desta pesquisa está na percepção que o autor nos oferece a respeito da profunda relação entre história e linguagem. Ao nos debruçarmos sobre as 1095 edições do periódico *A Imprensa* e tomamos a história conceitual do autor alemão como forma de perceber a interdependência entre o pensamento social e político dos sujeitos na construção dos discursos. Apesar dos estudos de Koselleck estarem focados na semântica e flutuação de ideias no continente europeu entre os séculos XVIII e XIX, consideramos a escrita do autor uma importante ferramenta teórica, visto que no recorte temporal ao qual nos propomos de 1865 a 1889 podemos observar a importação de pensamentos “europeizados” pela elite teresinense.

Entender o valor dos conceitos políticos de uma época passa pelo exercício de perceber as subjetividades presentes linguagem, ao fazer uso de fontes jornalísticas de caráter panfletário como as do periódico *A Imprensa*, admitimos estar diante do retrato parcial de algumas classes sociais e que, portanto nem o sentimento de identificação nacional ou si quer a o conceito de cidadania utilizados pelo periódico podem ser encarados como reflexos fiéis da realidade retratada a qual estava inserido.

Esta escrita se organiza da seguinte forma: em um primeiro momento daremos ênfase aos conceitos de *nacionalismo e patriotismo* e as particularidades do seu desdobramento no periódico, atentando para o esforço da construção de uma identidade nacional em suas páginas. Constituindo assim nosso primeiro capítulo intitulado *No Theatro da Guerra*, onde faremos o exercício de quebrar o isolamento da historiografia brasileira em relação à produção acadêmica do restante da América Latina. Nosso segundo capítulo intitulado *Liberalismo de Sertão* busca perceber as particularidades do liberalismo piauiense nas paginas do seu periódico oficial, bem como qual a multiplicidade de sentidos que os conceitos de

---

5 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão de tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora. PUC-Rio, 2006.p.267.

civilidade e cidadania tinham na sociedade teresinense. Em relação ao devir conceitual dos termos utilizaremos a mobilidade dos escritos de José Murilo de Carvalho e Sidney Chalhoub.

Os capítulos têm profundidade de análise distinta, posto que busquem abarcar espacialidades específicas, enquanto o primeiro abre para América Latina o segundo tem o foco no que se pode perceber das sociabilidades teresinenses. O leitor terá assim a possibilidade de ler os capítulos de maneira independente, ou conjunta. Tomamos também o cuidado de manter o texto no nível da oratória para tornar a experiência de leitura mais agradável.

Esta escrita é, sobretudo, fruto de incômodos, pois observando a lógica política atual percebemos que muitas vezes esta não passa de um jogo de cartas marcadas repleto de tradições e continuidades históricas, nesse sentido essa pesquisa se mostra importante para compreender como se moldaram alguns dos elementos determinantes do nosso cenário político. Não se trata de enxergar a atual conjuntura social como uma consequência lógica dos discursos estruturados nos recortes temporais aqui selecionados, mas sim compreender que existem permanências tão entranhas nas entre linhas do cotidiano que passam despercebidas ao olhar.

Pensando nisso a nossa principal fonte é desdobrada em duas análises completamente distintas, para demonstrar como um documento carregado de intencionalidades - como são todos - e que aparentemente não era “honesto” na reprodução da realidade a qual pertencia pode trazer uma riqueza impressões justamente pelo que não diz. Partimos assim da noção de que silêncio também é discurso e que, portanto não existe fonte “fraca”, principalmente se o historiador se der ao trabalho de lê-las sem pretensões prévias, apenas observando o que elas dizem ou buscam esconder.

A História é assim uma possibilidade de tornar as permanências inteligíveis, sem, no entanto nos levarmos pela inocência de considerar os vestígios do passado testemunhas fieis que atravessaram o tempo, nem tampouco acreditamos que os questionamentos que hoje lançamos são desprovidos de intencionalidade. Esta não é uma narrativa imparcial, admitimos a subjetividade de cada palavra.

## CAPÍTULO I - NO THEATRO DA GUERRA

As Histórias que se cruzaram ao longo daquele que viria a ser o maior enfrentamento bélico da América latina originaram nuances de sentido que não chegam a ser compreendidas somente nos resultados alcançados ou frustrados pelas partes envolvidas, nem tampouco o número de baixas é capaz de traduzir a dimensão do impacto de uma guerra. Talvez dado o recuo temporal a simples menção ao conflito - que em terras brasileiras ficou conhecido apenas como “Guerra do Paraguai”- não traga a memória nada específico, além do que seu nome já diz, mas no esforço historiográfico de entender as suas particularidades reside uma chave para a possível compreensão do viés latino, e para os interesses desse trabalho em especial o brasileiro em sua expressão piauiense, de alguns conceitos modernos que por hora parecem tão nítidos no cotidiano.

Ao longo dos seis longos anos em que se arrastou o conflito travado entre o Império brasileiro, Argentina e Uruguai contra a república paraguaia de 1864 a 1870, os países envolvidos vivenciaram a criação e disseminação de uma linguagem e ética bélicas que se espalharam nas artes, literaturas, imprensa e conversas de bar. A partir de então debater sobre elementos do discurso político do período deixou de ser uma ocupação elitista para fazer parte da rotina de indivíduos comuns, que fora da tensão provocada pelas notícias do combate provavelmente não pensariam, ou mesmo teriam acesso, a essas questões.

Os discursos que circulavam na época, em especial os jornalísticos são marcados pela tentativa de manipular sentimentos primordiais da natureza humana: o amor, o ódio e o orgulho se tornam na imprensa ferramentas de guerra, mas também podemos observar o processo de elaboração de conceitos e lógicas sociais que ultrapassariam de todo o conflito. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos,<sup>6</sup> e no caso das palavras conceito *nacionalismo* e *patriotismo* que pareciam emergir ou ter seu momento de maior relevância na guerra, o horizonte de expectativa é mais importante para a sua fundamentação do que o conteúdo empírico em si.

De fato toda semântica se relaciona com conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística<sup>7</sup> mas como Koselleck aponta em seu *Futuro Passado* o emprego de neologismos terminados em (ismo) quando se tratam de conceitos sociais e políticos contêm como particularidade de sua significação a exigência de uma realização futura necessariamente

---

<sup>6</sup>KOSELLECK, op. cit.,p. 108.

<sup>7</sup>Ibid., p.103.

construída no presente, isso significa que de acordo com os recortes temporais que o ofício de historiador exige -ou dar o luxo- de fazer determinadas palavras tem um leque variado de sentidos possíveis e no mais das vezes totalmente distintos ao seu emprego atual.

Do mesmo modo a “futuridade” presente nesses conceitos se modifica constantemente com o decorrer dos acontecimentos ou mais precisamente com o que se diz deles. Investigar o sentido das palavras e conceitos *nacionalismo* e *patriotismo* para os países envolvidos na guerra é perceber que o conflito inaugura na América Latina outro tipo de batalha que ainda não tinha sido experimentada em tão larga escala e que deixou marcas profundas na construção da identidade desses povos: A batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente, sem dúvida, em todas as épocas registradas em fontes escritas<sup>8</sup>.

Nas guerras, a produção de discursos exultantes e magníficos, a respeito dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada, é uma condição de possibilidade da própria ação das forças envolvidas e justificativa das decisões, sejam elas corretas ou equivocadas. Não é possível separar os agentes e seus atos dos discursos que eles têm de si próprios e dos inimigos<sup>9</sup>.

É possível constatar que para as nações envolvidas a atuação dos periódicos bem como de seus intelectuais independentes passou a ser uma ferramenta indispensável de guerra, pois dado a proporção do conflito que as tensões na região da Platina anunciavam era preciso contar com um fator decisivo: o “povo” e sua vontade de apoiar suas respectivas bandeiras.

No entanto, para poder alcançar alguma compreensão dos discursos produzidos a partir da guerra é necessário destacar que os símbolos nacionais não tinham ainda a força evocativa que um enfrentamento bélico exige, pois em meados do século XIX a região do Prata caracterizava-se por uma série de governos transitórios e instáveis.

As raízes da crise política da que se instalaram no Prata em 1864, remonta ao período de tensões resultantes do choque entre a expansão colonial Espanhola e Portuguesa. Quando foi criado o vice reino do Rio Prata, em 1776, com sede em Buenos Aires, esta já era zona de ação militar, o território compreendia a área onde hoje se encontra a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, tão vasto que incorporava a Bolívia e atingia o Oceano Pacífico<sup>10</sup>.

Segundo o professor Johny Santana a criação de uma super região com fronteiras indefinidas atrasou consideravelmente o processo de emancipação dos estados-nação, o que só

<sup>8</sup> KOSELLECK, op. cit., p. 102.

<sup>9</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866.* - 2. Ed.- Teresina: EDUFPI, 2015. p. 21.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p.31.



veio a ocorrer devido ao movimento revolucionário de uma elite comercial burguesa bem específica: a de Buenos Aires. A favor da cidade estava ainda sua localização com um porto na foz do rio Paraná, o que lhe permitia controlar o escoamento comercial das demais províncias. Buenos Aires pretendia manter assim centralizado o poder da região do Prata com base na unificação econômica e comercial<sup>11</sup>.

Pero esa “unidad nacional” se hizo desde y para el puerto, lo que logró un escaso estado de convivencia general entre todas las provincias, no conformándose la condiciones para que se generará una definitiva evolución institucional y económica<sup>12</sup>.

A concentração do poder que levou ao enriquecimento da classe comercial de Buenos Aires, que acaba por consolidar sua hegemonia com a posse de terras e gado, tem como consequência tensões não superadas na região do Prata e o detrimento econômico das demais províncias, o que desencadearia na reação paraguaia que se auto proclamou como republica independente em 1813.

O Paraguai em 1842 reafirmou sua posição perante as demais nações, sendo o governo imperial brasileiro o primeiro a reconhecê-lo como tal em 1844, anteriormente o Império do Brasil mantinha com o ditador paraguaio José Gaspar de Francia um debate desgastante sobre seus limites territoriais, o que de modo geral contribuía para a manutenção do relativo isolamento em que vivia a nova republica<sup>13</sup>.

No final da década de 1830 a região da Cisplatina que havia sido alvo de disputas entre Buenos Aires e Rio de Janeiro dá origem a republica Oriental do Uruguai. Em seu interior o país se via dividido em dois grupos políticos dominantes os *blancos* e *colorados* fulminando em uma guerra civil, onde o bloco dos estancieiros, os *blancos*, tinham o apoio militar do ditador argentino Juan Manuel Rosas. Esse ponto levou a uma reaproximação do Império brasileiro e o Paraguai, pois Rosas representava uma ameaça a autonomia de ambas as nações, o Império temia que a Argentina retomasse o poder sobre a região, enquanto Paraguai via na influencia de Rosas um impedimento para livre navegação no rio Paraná<sup>14</sup>.

A expansão das fronteiras argentinas era uma ameaça ao Império brasileiro que tinha nos rios platinos a única forma de comunicação com a capital de sua longínqua província do Mato Grosso. Em 1840 o governo imperial passa a colaborar com os *colorados* uruguaios e

<sup>11</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 32.

<sup>12</sup> RAMIREZ BRASCHI, Dardo. *Origen de las agrupaciones electorales en la provincia de Corrientes. De caseros a las presidencias liberales*. Moglia Ediciones. Corrientes, 2004.p. 13.

<sup>13</sup> ARAÚJO, op. cit., p.32.

<sup>14</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

contando ainda com a ajuda do governador da província de Entre Rios, Justo José de Urquiza, o que possibilitou a derruba de Rosas em 1852, obrigatoriamente implicando na descentralização do poder de Buenos Aires oficializada pela constituição do mesmo ano, que contava com a aprovação das treze províncias da Confederação criada em 1831, no entanto a cidade de Buenos Aires se recusou a submeter-se a nova normativa elaborando em 1854 sua própria constituição. Tanto a Confederação Argentina quanto o estado de Buenos Aires reconheceram a república paraguaia, o que de maneira nenhuma foi capaz de diminuir as tensões sobre a livre navegação no Prata<sup>15</sup>.

Como Doratioto coloca em seu *Maldita Guerra* a complexidade das relações em torno do Prata em meados do século XIX são resultado do processo de construção dos estados nação, nesse cenário a ideia de “confederação” e “república” apareciam como uma rota escapatória a centralização do poder econômico que de forma geral se desenvolvia nas capitais platinas. No entanto a total independência era um ideal inalcançável afinal o escoamento da produção desses “estados em construção” bem como sua ligação com o comércio europeu passavam obrigatoriamente pelo mesmo caminho fluvial.

Desse modo a rivalidade entre as nações platinas e seu vizinho monárquico se mantinha latente mesmo em períodos de relativa harmonia nas negociações políticas, e a questão sobre o direito a navegação no Prata era recorrente.

Em relação ao Brasil José Carlos Chiaramonte nos fala:

Es ya lugar común advertir que la tradición al Brasil independiente fue menos turlenta que de las ex colonias hispanas en virtud de la perduración de un poder legítimo, el de un miembro de la casa Braganza. Pero si la continuidad parece haber sido la característica del caso brasileño, en comparación con el de Hispanoamérica, es de tener en cuenta sin embargo que esa continuidad no implico un proceso de unidad política<sup>16</sup>.

De acordo com Chiaramonte até 1810 as elites que orquestravam o processo de independência na “Hispanoamérica” ignoravam a questão da *nacionalidade* e mesmo que o termo nação estivesse presente no discurso político de então o conceito de Estado que se moldava era de praxe tecnicista e não levava em consideração a identificação do “povo”, atendendo de modo geral aos anseios de classes dirigentes.

Em relação ao Brasil podemos enxergar no viés monárquico de independência um esforço frustrado de “manter” a unificação de seus territórios. O império durante suas primeiras décadas enfrentou varias tentativas de emancipação de suas regiões, logo o

<sup>15</sup>DORATIOTO, op. cit.

<sup>16</sup>CHIARAMONTE, José Carlos. *La formación de los estados nacionales em Iberoamérica*. Boletín del Instituto de Historia Argentina e Americana “Dr. Emilio Ravignani. Tercera serie n° 15. 1997.

militarismo se tornou o elemento primordial de manutenção do poder em um país onde os símbolos nacionais não tinham para o indivíduo comum qualquer significação, além disso, a permanência do regime escravocrata implicava em uma marginalização em massa, fosse pela economia aleijada pelo apelo à escravidão, onde as riquezas ficavam concentradas enquanto as gentes pobres não conseguiam trabalho remunerado ou pelo preconceito racial que mantinha indivíduos de cor livres a margem do conceito de *cidadania*.

O dicionário de política de Norberto Bobbio caracteriza o termo *Nação* como um dos mais imprecisos e complexos do vocabulário político contemporâneo, isso por que ao longo do tempo ele foi utilizado para designar desde qualquer ideia de grupo, fosse étnico ou religioso, até um determinado Estado onde o sentimento de pertencimento, ou seja, o *Nacionalismo* estava no cerne da manutenção da lógica política vigente.

O Estado Nação implica a construção de um projeto político concreto -ou que ao menos o pareça ser- bastante para possibilitar a fusão entre Estado e as nacionalidades pré-existentes em seu território, unificando a língua, a cultura e a tradição. Ou seja, para se manter o nacionalismo estatal precisa se apropriar das relações de identificação já existentes na sociedade, o que subentende na exclusão das identidades que não condizem com o ideal do discurso oficial. Obviamente isso não significa que os Estados Nação são fruto de um processo lógico, nem que os sentimentos associados a eles são resultado unicamente da manipulação de classes dirigentes.

De fato pensar o *nacionalismo* (s) moderno demanda do historiador duas características fundamentais sendo a primeira que este não compartilhe do nacionalismo enquanto sentimento, ou que consiga deixar seus afetos de lado para não afetar a cientificidade de sua análise<sup>17</sup>, a segunda que tenha em mente que a construção do nacionalismo é um processo complexo que envolve tanto interesses econômicos e territoriais, quanto os sentimentos que se modificam em devir, e que logo só pode ser apreendido em parte pela linguagem e simbologia a ele associado.

Sobre essa questão é interessante ressaltar que na enciclopédia do Mirador internacional de língua portuguesa organizada pela Encyclopaedia Britanica LDA se segue ao termo *nação* dois esquemas onde o termo *absolutismo* aparece primeiramente em ambos, no segundo esquema logo após as palavras, *desenvolvimento*, *educação*, *economia* aparece à palavra *Falso*, *História* e *Historiografia*.

---

<sup>17</sup>HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*; tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p 21.

Essa sistemática não é apresentada a toa no Mirador, pois o conceito de nacionalismo tal como o conhecemos tem sua raiz na laboração da legitimação dos Estados nação no século XIX, já o sentimento que o envolve requer muita crença naquilo que obviamente não é assim<sup>18</sup>, considerando isso logo podemos perceber que os acontecimentos em torno do Prata na década de 1860 serviram como pano de fundo de um processo de construção de identidades empreendido pelas nações envolvidas no conflito com o Paraguai. Mais do que o direito a navegação ou a delimitação de fronteiras estava em xeque o poder estatal de mobilizar suas gentes, de tornar seus habitantes um povo e evocar o seu *patriotismo* mesmo que ainda em construção.

No ano de 1862 uma série de mudanças deixou escapar o espectro da guerra que rondava na região platina, no Paraguai sobe ao poder Francisco Solano López, personagem este que talvez não consigamos atingir neste trabalho posto que o prisma de representações que o envolve seja denso e complexo, na Argentina houve a reunificação nacional comandada por Buenos Aires e no Império brasileiro o partido liberal substituiu o conservador<sup>19</sup>.

E entre os vários pontos de tensão que desencadearam na guerra e que poderiam ser aqui destacados, as constantes intervenções do governo Imperial na política uruguaia pode ser interpretada como uma questão chave, visto que a presença brasileira no país oriental prejudicava diretamente o interesse paraguaio por uma possível unificação, a demais os problemas quanto a fronteira entre Paraguai, Argentina e Brasil ainda não haviam sido resolvidas, fora que a república paraguaia cultivava uma cultura militar com caráter protecionista.

Em 10 de novembro de 1864 o governo paraguaio captura o vapor brasileiro Marques de Olinda em resposta a intervenção militar brasileira na república oriental em setembro do mesmo ano em apoio ao partido colorado. Em janeiro Solano López solicitou ao governo argentino permissão para que forças paraguaias atravessassem as províncias de Corrientes e Entre Rios para atacar o Rio Grande do Sul e diante da negativa declara guerra também a Confederação Argentina<sup>20</sup>. De acordo com o professor Johnny Santana uma união entre os três países contra o Paraguai era quase uma tendência natural visto que a imagem do país de López passou a ser associado a um risco em potencial para as demais nações.

---

<sup>18</sup>HOBBSBAWM. op. cit., p. 22.

<sup>19</sup>DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai* São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 40.

<sup>20</sup>ARAÚJO, Johnny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866.* - 2. Ed.- Teresina: EDUFPI, 2015. p. 45 – 46.

As relações existentes sempre significam algo diferente e muito mais profundo do que aquilo que são<sup>21</sup>, e a partir da linha traçada acima entre as obras de Doratioto e do professor Johnny Santana não pretendemos apontar uma causa específica para a guerra, até mesmo por que talvez isso não seja possível, e nem tão pouco é essa a intenção deste trabalho, apenas buscamos demonstrar que a guerra do Paraguai ou guerra da tríplice aliança é resultado de série de conflitos que tiveram como cerne de seu desenvolvimento a delimitação de fronteiras de Estados tão imprecisos quanto seus limites.

Nesse contexto a guerra aparece como possibilidade de autoafirmação por meio de uma linguagem política beligerante que se construía principalmente no jornalismo, onde a atuação da imprensa abria a possibilidade de transito de informação e comunicação, o que permitiu o surgimento de novas espacialidades. Ainda de acordo com o professor Santana no Brasil durante todo o período de guerra pode ser observado o caráter combativo da produção jornalística e de certa forma a confluência de interesses privados e públicos nos discursos, a atuação da imprensa na Província do Piauí é exemplo dessa lógica, pois mesmo geograficamente longe do campo de batalha a guerra se fazia presente no cotidiano dos indivíduos através da propaganda empreendida pelos periódicos locais.

Assim como o Império o Piauí estava sob o comando do partido liberal, logo o seu periódico oficial, *A Imprensa*, se torna um porta voz da política imperial na província, divulgando constantemente as decisões do governo ou convocando homens para o campo de batalha, mas mais do que isso é possível observar nesse periódico que durante o conflito tudo passa a ser visto pela óptica da guerra. Tanto as notícias oficiais como os artigos de opinião tem a intenção de proporcionar ao “cidadão piauiense” o sentimento de pertencimento que outrora não existia.

Com a particularidade de ter começado a atuar na capital piauiense poucos meses após ser deflagrada a guerra *A Imprensa* cobriu todos os seus estágios e, portanto é importante ponto de observação das lógicas discursivas vigentes. Quase toda a escrita de sua primeira edição é preenchida por notícias sobre a guerra onde a maioria provem da transcrição de publicações de periódicos de outras capitais e da corte.

Ler-se em sua edição de número um:

Noticias do sul.

Pelo vapor inglês La Plata, que chegou á Pernambuco do dia 11 do corrente, forram levadas as seguintes noticias do sul do Imperio.

---

<sup>21</sup>HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*; tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

## Rio da Prata

Lê-se no *Correio Mercantil* de 1 do corrente:

Entrou hontem do Rio da Prata o vapor nacional Oyapack, com a extraordinária viagem de trez dias e horas, de Montevidéo, de onde traz datas que alcançam de 28 e de 27 passado...<sup>22</sup>

O longo caminho traçado pelas notícias do conflito demonstra um sistema de ideias que caracterizou o jornalismo nos países beligerantes onde as distancias espaciais foram superadas pela necessidade de ter acesso a informação, mesmo que estas demorassem a chegar representavam uma aceleração na forma de encarar o tempo, desde a guerra o cotidiano antes marcado apenas por questões locais passa a ter na política internacional um eixo comum entre as demais pautas de debate. No periódico *A Imprensa* os textos variavam em temas militares, que discutiam desde as fardas necessárias a policiais locais ao número de praças solicitado pelo governo imperial para compor seus batalhões. Entre os detalhes da guerra, atualizações de boletins oficiais da província e publicações pedidas, tudo ganhava o tom do conflito.

Frente à necessidade de criar um elo entre a sociedade e o Estado o discurso de segurança publica passou a ser uma normativa. Na edição de número dois do periódico esta transcrito um relatório apresentado a assembleia legislativa pelo então presidente da província Dr. Franklin Américo de Meneses Doria em doze de junho de 1865, no qual o mesmo ressalta que a província está em paz e a segurança individual assegurada graças em primeiro lugar a “índole cordata” do piauiense. Na referida assembleia o presidente da província apresentou dados dos crimes registrados pelo corpo de polícia entre primeiro de janeiro e de junho daquele ano.

<b>DADOS DOS CRIMES REGISTRADOS</b>	
JANEIRO A JUNHO DE 1865	
Homicídios	03
Tentativa de morte	01
Ferimentos graves	02
Ditos leves	05
Estupro	01
Raptos	02
Furtos	03
Roubos	02
Fugas de presos	05
(ilegível no original)	01
Injúrias	03

<sup>22</sup>Edição número 1 do periódico *A Imprensa* de 27 de junho de 1865, numeração de pagina irregular.

De acordo com os documentos apresentados por Doria a queda no número de delitos em comparação com a mesma época do ano anterior era mais do que expressiva, de 108 incidentes para apenas 26, e significava a capacidade do Estado, representado naquele momento na figura dele em sua “Torga”, de proteger os cidadãos daquela província. A fala do Dr. Doria pretendia mostrar que o Estado enquanto entidade controladora das violências e também legitimadora de determinadas violências estava presente, protegendo e punindo quando necessário.

Aos poucos o fazer jornalístico do periódico ia dando os moldes de um acordo proposto de cima para baixo, em troca da proteção contra os mais variados perigos o Estado ditava como as pessoas deveriam se sentir em relação ao seu país: o *dever* passou a ser via de regra do discurso estatal que ganhava nas páginas de periódicos como *A Imprensa* um aspecto romanceado. Não é por acaso que na mesma edição citada acima aparece um comunicado que se divide entre o erudito e o apelativo intitulado “o Brazil e o Paraguay”, e que busca ser marcante desde sua primeira sentença.

Assim como a causa da familia é a causa das almas grandes e fortes: a causa do patriotismo é a causa dos sentimentos nobres e generosos.

O Brazil, que se julga menoscabado em sua honra, em sua dignidade em seus brios pelo estrangeiro que ousa manchar o pavilhão nacional, tem direito de chamar ao campo de batalha aquelles que fazem parte de (sua) communhão e que vivem sob égide das leis pátrias a arrostarem o braço audaz do inimigo.

Bem como o filho que acode os gritos da Mãe ofendida, os brasileiros obedecem a voz da pátria em perigo.

Remover a pátria do perigo que a ameaça é um dever positivo, que reclama imperioso cumprimento. E tão importante é elle que no caso de collisão entre a salvação e a salvação da família a balança pretende para o lado daquella, pois o dever de salvar a pátria é uma ordem mais elevada e (?), além d’isso em um titulo superior.

Se o Estado com leis proteje e garante não só a vida como mesmo a propriedade de cada um, justo é que cada um tambem lhe preste seus serviços sempre que circunstancias criticas exigirem.

Avante, pois Piauhyenses! Não permaneci estacionados diante de tão negro espetáculo.

E então, qual bella e gloriosa não será a hora do triumpho, a hora em que os soldados brasileiros embriagados pela causa da patria entoarem o hymno da victoria ao som da lyrabrazileira!

Será mais um facto grandioso para a historia nacional, registrar em suas paginas rasgos de bravura e de coragem dos filhos da terra de Santa Cruz.

Como Paysandú e Montevidéo, Assunção cahira igualmente debeixo da nossa bandeira. Esta previsão fundada no valor e na coragem do nosso exercito e na pequenez da repubica, será amanhã um facto consumado.

Haja centralisação de forças, haja verdadeiro patriotismo no povo brasileiro, que a victoria será nossa, e que n’s seremos os que com bandeira alçada hão de bater palmas no desfecho do drama...<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Edição de número 02 do periódico *A Imprensa* de 05 de agosto de 1865, numeração de pagina irregular.

Infelizmente o texto não pode ser analisado completamente dado o estado da digitalização do documento, mas no trecho transcrito acima o discurso segue argumentando que o Império brasileiro estaria em um suposto risco, mas não um risco físico e sim de sua “honra”, a *pátria* seria como uma mãe que clama pelo socorro de seus filhos quando ofendida. Em relação ao termo *Estado* há uma lógica discursiva diferente ao sentimentalismo associado à ideia de patriotismo, pois se busca evocar uma noção de obrigação contratual, algo que se situaria facilmente entre acordos jurídicos ou comerciais.

É interessante perceber o qual complexa era a construção dessa ligação, pois o que chama ao dever é uma entidade onipresente que faz uso de adjetivos culturalmente associados tanto ao masculino quanto ao feminino para se firmar no imaginário da população, convocando em “communhão todos aqueles que viviam sob as leis pátrias”, e, portanto dando a província do Piauí à noção de pertencimento a algo maior e tão importante que deveria ser para o indivíduo mais valioso que a própria família. De modo geral o esforço historiográfico esta sempre lidando com uma série de acontecimentos que extrapolam o limite da fonte, o que é ainda mais marcante quando se trata de fontes jornalísticas posto que o elo do discurso com o real sentimento das pessoas é algo difícil de estabelecer, considerando que o que podemos ver é apenas uma fração da produção de uma parcela bem especifica da população: a letrada e elitista.

A guerra traz ainda as narrativas a particularidade de integrar o futuro ao tempo dando aos conceitos políticos uma multiplicidade cronológica, fazendo de todo discurso um prognostico possível do amanhã, o comunicado do governo provincial evoca o ethos da temporização da história ao colocar que a futura vitória será “mais um facto grandioso para a historia nacional”, esse processo de aceleração do tempo, no entanto não anula a necessidade de um passado com o qual os indivíduos que o discurso pretendia atingir pudessem se identificar, logo menção ao êxito das intervenções brasileiras no Uruguai tem por objetivo fazer a manutenção -ou criar- o orgulho nacional.

Na edição de número 20 o poema “Ao heróe de Uruguaiana” da ênfase a uma lógica dualista já perceptível no comunicado do governo da província, onde a construção da idéia de si depende muito da oposição ao outro, no caso o Paraguai.

Monarca excelso! Pedro idolatrado,  
 La mesmo nesses campos de peleja  
 Cercado do esplendor de tua gloria  
 Entre hynnos festivos;  
 Recebe a voz humilde mais sincera,  
 Que sahe do coração onde reteve  
 O justo entusiasmo por teus feitos;



De um verdadeiro heróe!  
 Não é por despedirco' o glandio em pumho  
 A morte do inimigo que combates;  
 Não é por ter guiado que combates;  
 Ao furor da batalha  
 Oh! Não excelso Pedro, a mão Augusta  
 Que teus vassalos reverentes;  
 Que estende a pia esmola aos infelizes;  
 Não se manchou de sangue...  
 O cobarte estrangeiro envilecido,  
 Calcou – co' a planta immunda o solo pátrio;  
 Torpe e injuria cuspio-co' a boca impura  
 No pendão auri-verde!  
 Depois armada a hoste de sassinos  
 Que antepoz escravos a soldados,  
 E lhes diz: “degolai por minha conta e roubai pela vossa!  
 ...  
 Trinta por um- peleje-se em Coimbra!  
 Riachuelo assombrado tremutopára!  
 E despejo no Prata as aguas tintas do sangue bandido!  
 ...  
 Então appareceste, ó Pedro invicto  
 E disseste a teus bravos “sou apostolo da civilização e da liberdade”  
 São nossos semelhantes!  
 (NIHLL)

De acordo com Koselleck uma unidade de ação política e social se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, enquanto excluem outras, nesse sentido a guerra se tornou subsídio para produção de símbolos e imagens que visavam dar as diferentes regiões do império à noção de grupo. No poema publicado pelo periódico *A Imprensa* emergem numerosos conceitos opostos que visavam dar significação ao acontecimento da guerra, de um lado estava Pedro e sua mão “Augusta e límpida” como principal ponto de convergência de uma série de adjetivos positivos que direcionados a ele enquanto indivíduo tinham o objetivo de representar toda a atuação de seu exército, do outro estava o “cobarde estrangeiro” colocados no texto como uma orla de escravos assassinos e desrespeitosos, concluindo ainda que o conflito fosse parte do glorioso trabalho civilizador ao qual o Brasil se prestava.

O objetivo de textos como esse é o de dizer a população “*quem somos nós*” em oposição a “*eles*”, desta forma no *Theatro da guerra* todos os eventos humanos ou não configuram atos dessa imensa encenação, que busca fomentar a criação de uma identidade nacional, logo na densidade dos discursos cotidianos até mesmo fenômenos naturais ganham interpretações místicas desejosas da vitória, como pode ser observado na matéria “*Meteoro*” publicada na edição 67 do periódico *A Imprensa*.

No dia 1º do corrente a noite das 7 ½ para 8 horas, chavio um grande areolito ou estrella cadente que poz muita gente assustada n'esta cidade. A direcção que levou o meteoro foi a de nascente para poente, descrevendo uma curva de fogo tão brilhante

e luminosa, que clareou toda cidade por um instante. As pessoas que estavam desprevinidas assustaram-se vendo instantaneamente um grande clarão nas paredes das casas, nas ruas e na atmosfera. 5 a 10 minutos depois ainda se via no céu a curva deixada pela passagem do meteoro, á semelhança de uma fumaça branca e densa. Estes phenomenos são constantes no Piauí, nos tempos calmos, mas não temos idea de um tão brilhante, tão prolongado e que deixasse em sua passagem vestígios tão duradouros. Entre as pessoas mais crédulas correrão logo versões, acreditando até que era algum signal de paz, por meio de victorias alcançadas no Paraguay pelas nossas armas. Antes fosse assim.

Lamentamos não haver aqui quem possa dar uma noticia scientifica a respeito, tal foi a singularidade do phenomeno<sup>24</sup>.

A reportagem procura mostrar que entre “as pessoas mais crédulas” o fenômeno do meteoro foi visto como um sinal místico do fim da guerra, o que corresponderia a sua maneira expressar esse anseio patriótico, mas cabe aqui outra interpretação por assim dizer mais provável, levando em consideração o fato de que o que podemos enxergar dos discursos que circulavam na capital da província do Piauí estarem condicionados a modelagem dos editores do periódico *A Imprensa*, podemos afirmar que existe a possibilidade dessa pretensa compreensão do discurso comum ligando-o a guerra ser uma *invenção* para que a reportagem seguisse a linha dos demais textos do produzidos pelo periódico.

Do mesmo modo é possível interpretar que essa reportagem é verdadeiramente um fruto dos discursos que circulavam naquela sociedade, inclusive iletrados, e que foi captado pelos redatores do periódico, de qualquer forma tudo passa a ser visto pelo prisma da guerra, logo todo discurso é portanto político e vinculado ao esforço da construção uma identidade coletiva, o “nós” a partir de então designaria indivíduos tanto do Piauí como da corte.

As articulações discursivas possibilitadas pela alusão à guerra não eliminavam da trama cotidiana os conflitos pré-existentes, como Filipe Nicelotte Ribeiro mostra em seu *Império das incertezas* o fazer político imperial de meados do século XIX era marcado por uma forte disputa partidária que em relação ao Piauí pode ser sintetizada na oposição entre liberais e conservadores, de modo que o jornalismo facilmente ganhava ares de espetáculo, onde a representação era exigência mínima da validade dos agentes políticos atuantes na sociedade.

Dentro dessa lógica órgãos de notícia diretamente ligados a partidos ou organizações políticas cumpriam um duplo papel durante a guerra, o de defender os próprios interesses e o de contribuir para a massa propagandista do conflito. Logo se podia ler no periódico oficial

---

<sup>24</sup> Edição de número 67 do periódico *A Imprensa* de 03 de novembro de 1866, numeração de pagina irregular.

do partido conservador, *O Piauhy*, chamadas tão cheias de sentimento quanto às publicadas pelos órgãos de notícia liberais.

A santa cruzada attingio o seu fim. E esta noticia chegando a esta remota, porem briosa Villa, comunicou-se aos seus habitantes com rapidez electrica, e para logo os foguetes, que cruzavam o espaço, annunciavão que a barbaria do Paraguay fugia covarde diante da bravura das phalanges brasileiras!<sup>25</sup>

Viva a S.M

Viva o invicto Imperador

Vivão aos exercitos aliados!<sup>26</sup>

Segundo o professor Johny Santana quando o partido conservador sobe novamente ao poder na província do Piauí em 1868 o seu periódico oficial intensifica a propaganda da guerra, acusando A Imprensa de ser leviana no compromisso de manter a população informada a respeito do conflito, no entanto o que podemos observar é que em quase todas as edições do periódico do partido liberal há a alusão à guerra e os temas mais corriqueiros estão impregnados por vestígios dela.

Outra questão importante que podemos perceber na análise dos textos é que mesmo se tratando da produção de periódicos rivais havia certo padrão discursivo, principalmente na construção do Paraguai como mais do que apenas um inimigo bélico, a imagem do país vizinho era moldada para servir como um ponto de referência, no sentido de que a ideia de unidade nacional se baseava na oposição de conceitos que visavam enaltecer as supostas qualidades do povo do império brasileiro em detrimento dos “covardes assassinos” daquela república, que eram representados ainda como um povo ignorante e desprovido de liberdade.

A utilização de conceitos opostos e binários para a validação do Estado como unidade de ação política não foi um privilegio do Império, fez parte do universo simbólico de todos os países envolvidos na guerra do Paraguai, na troca de farpas necessária para alimentar os ânimos do conflito não raras vezes percebemos o mesmo discurso, com os mesmos adjetivos, invertendo-se apenas quem eram os privilegiados. Era sempre a civilização e liberdade, contra o horror e a ignorância.

Essa batalha simbólica era ainda impulsionada pelo que a historiadora paraguaia María Lucrecia Johansson classificaria como uma revolução periodística, que foi a intensificação da atividade jornalística bem como a relativa convergência de seus discursos durante a guerra. Na república do sul a atividade periódica teve início em 1844 com apoio do então presidente

<sup>25</sup> Edição de sem número do periódico O Piauhy de 27 de fevereiro de 1869, numeração de pagina irregular.

<sup>26</sup> Edição de número 66 do periódico O Piauhy de 10 de março de 1869, numeração de pagina irregular.

Carlos Antonio López,<sup>27</sup> e cresceu sob o estigma da guerra onde a escrita passou a ser reflexo de configurações sociais singulares do estado de guerra total em que se achava o país.

Inmediatamente antes del comienzo del enfrentamiento existía en Paraguay un solo periódico, El Semanario de Avisos y Conocimientos Útiles (1853-1869), pero durante el transcurso del conflicto se crearon cuatro periódicos, a los que calificamos como periódicos de trinchera: El Centinela (1867-1868), Cabichuí (1867- 1868), Cacique Lambaré (1867-1868) y Estrella (1869)<sup>28</sup>.

Até o estopim do conflito a reduzida atividade periodista do Paraguai passava por um rígido sistema de controle, de modo que o jornalismo no país cumpria apenas o papel de divulgar as medidas tomadas pelo governo e panfletar sobre sua ideologia, tentando criar entre os cidadãos o sentimento pertencimento tão necessário aos estados que buscavam se consolidar em meio às tensões da região platina, no entanto o objetivo do governo com a imprensa nacional só ganhou densidade com a emergência dos chamados periódicos de trincheira, que tinham relativamente mais autonomia.

En los periódicos de trinchera el discurso de movilización vehiculado por los grabados reposó en un sistema de oposición nosotros/ellos, que se plasmó a través del contraste entre imágenes negativas y positivas, utilizadas de dos maneras. Por un lado, se usó una imagen negativa del adversario, para revelar una imagen positiva de sí mismos; así, a la vez que se trataba de convencer a los paraguayos del carácter inhumano de los enemigos se exaltaba el carácter benevolente de los paraguayos. Por otro lado, se realizó el procedimiento contrario, es decir, se presentó de forma positiva e idealizada al Paraguay, sus soldados y ciudadanos, para revelar una imagen negativa de los enemigos<sup>29</sup>.

Além do sistema de oposição nosotros/ellos evidenciado por Johansson a imprensa de trincheira utilizava ainda da xilografia para dar forma sátira ao sentimento de indignação experimentado pelo povo paraguaio diante da invasão das tropas da Tríplice aliança. Nas imagens produzidas muitas vezes pelos próprios soldados o exército brasileiro era representado como uma orla de “macacos”, no periódico militar *Cabichuí* que assim como outros era distribuído gratuitamente entre civis e principalmente militares, eram frequentes chamadas do tipo “Así se cazam los negros”, “Fuego a los negros”, “Ejercito macacuno jugando Canabal”<sup>30</sup> como forma de inferiorizar o inimigo. Além disso, o guarani é posto nos

<sup>27</sup> JOHANSSON, María Lucrecia. *Estado, guerra y actividad periodística durante la guerra del Paraguay (1864-1870)*. Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti” Córdoba (Argentina), año 10, n° 10, 2010, pp.189-210.

<sup>28</sup> Ibid., p. 192.

<sup>29</sup> Ibid., p. 197.

<sup>30</sup> TORAL, de Amaral André. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*. USP. Revista eletrônica Estudos avançados v. 9 n. 24.1995.

periódicos paraguaios como uma maneira de renegar a herança castelhana e reafirmar os limites da própria identidade.

Algo parecido com a revolución periodística paraguaia também se deu na Argentina, mas com a particularidade de não depender diretamente do governo para se manter<sup>31</sup>, periódicos de ampla circulação como *El mosquito*, *La Nación Argentina* e *La tribuna* caracterizavam a nação guarani como atrasada, déspota e selvagem<sup>32</sup>, segundo a historiadora argentina Maria Victoria Baratta as narrativas jornalísticas dos primeiros anos da guerra traziam reminiscências do período colonial, onde o invasor de determinado território constrói discursivamente “un factor que convertía a una nación en civilizada y a la otra en bárbara” para justificar as suas ações como parte de um esforço civilizador, quase como uma obrigação a ser cumprida.

Da produção de discursos pejorativos sobre o Paraguai emergiam os limites imaginários de cada nação, o que não significa que as tensões internas da Argentina estivessem completamente resolvidas, pelo contrario, a guerra segundo Baratta é o fator que proporciona a consolidação de seu Estado nacional, ou seja, é a existência de um inimigo externo e da eminente expansão a moldes imperialistas proporcionados pela guerra é que da aos argentinos a relativa noção de unidade nacional, tal qual acontece no Brasil.

Toda historiografia é a oposição de dois núcleos conceituais distintos, um passado e um presente, onde se tenta traduzir o primeiro por meio do segundo, logo todo esforço historiográfico se refere a uma inevitável história do tempo presente, entender como os meios de identificação se perpetuam para preservar a ilusão da realidade<sup>33</sup> é o fardo do historiador. As múltiplas simbologias em torno das ideias de nação e patriotismo que emergem do horror da guerra do Paraguai são questões tão urgentes e necessárias quanto o debate político de antontem, pois nelas é que conseguimos enxergar o caráter ambíguo de palavras/conceitos que atravessaram o tempo a ponto de estarem presentes em nosso vocabulário político, trazendo apenas a impressão de um passado muito distante, mas sem dizer ao certo o quanto.

Essa estranha vertigem presente no quando da menção dessas palavras passa a fazer algum sentido se consideramos que o debate acerca da construção de conceitos políticos e sociais seja fruto do projeto de futuro que cada nação almejava para si, logo percebemos que o sentimento de pertencimento que hoje parece comum direcionarmos ao nosso país, bem como

<sup>31</sup>VOTA, María Silvina Sosa. *Rivalidades históricas: la imagen de Brasil en la prensa ilustrada porteña a finales del siglo XIX*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, Nº. 22, p. 118-146, Jan./Jun., 2017.

<sup>32</sup>BARATTA, María Victoria. *Representaciones de Paraguay en Argentina Durante la Guerra de la Triple Alianza, 1864- 1870*. Revista eletrônica SURES. ISSN 2317-2738. v. 1, n° 4. 2014.

<sup>33</sup>KOSELLECK, R. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

entendimento que mesmo dentro de nossas singularidades fazemos parte de uma identidade coletiva maior, é resultado da carga de inventividade presente nos discursos, no sentido elaborado por Benedict Anderson em suas reflexões sobre o conceito de nacionalismo<sup>34</sup>.

Não por acaso a expressão “Theatro da guerra” é de uso comum nos periódicos; o conflito era real, a dor o sangue, mas o sistema de oposição de conceitos que foi analisado até aqui era uma forma de encenação que convertia a guerra em um motor de fabricação e transformação de Estados Nacionais<sup>35</sup>. O nacionalismo e a ideia de comunidade que ele evoca é uma invenção que se alimenta pela violência, pois é em oposição ao outro que são construídos os limites de identificação, já o patriotismo a meu ver é uma das mais complexas convergências de sentimentos humanos, posto que apesar de necessitar da constante manutenção de símbolos e imagens é tão denso na atmosfera social que se torna quase impossível fugir dele. Pertencemos, isso é fato.

Mesmo com a modificação dos discursos a respeito da guerra que como mostra Tomás Sansón Corbo<sup>36</sup> no Uruguai passou da representação do Paraguai como bárbaro inimigo até o “mea culpa” pelo massacre de um pueblo hermano, as estruturas dos conceitos de *nacionalismo* e *patriotismo* permanecem, no sentido de que após a consolidação do Estado nação estes conceitos ainda dizem muito sobre a identidade de um povo, isso por que como observamos ao longo desta análise superficial as lógicas sociais que tiveram como marco a guerra dependiam muito mais da imagem que cada nação buscava construir para si do que da realidade experimentada. A complexidade das intenções atrás das representações da guerra é tão grande que sobre ela existe apenas a certeza de que passam os tempos, confundem-se as memórias, em quase nada acabam por distinguir-se a verdade e as verdades...<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>35</sup> BARATTA, María Victoria. *La identidad nacional argentina durante la Guerra del Paraguay*. Representaciones, lenguajes políticos y conceptos en el diario La Nación Argentina (1862-1870). Almanack, n.º. 3, p. 82-98, 2012.

<sup>36</sup> CORBO, Tomás Sansón. *La historiografía uruguaya sobre la Guerra de la Triple Alianza*. Trayectos, tradiciones, ¿resignificaciones? Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 19, n.º. 3, pp. 955-979, 2015,

<sup>37</sup> SARAMAGO, José. *A Jangada de Pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

## CAPÍTULO II - LIBERALISMO DE SERTÃO

Em meados do século XIX mais precisamente na década de 1860 o governo imperial passava por uma série de dificuldades administrativas decorrentes principalmente do conflito que se arrastava contra a república paraguaia, ao assumir compromisso com Argentina e Uruguai o Império brasileiro que já havia travado inúmeras batalhas regionais para se consolidar encara um desafio bélico desgastante para economia e relações políticas internas<sup>38</sup>.

Era de fato um momento de reorganização além da separação dos poderes legislativo, executivo, judiciário e moderador, garantida pela constituição de 1824 existia no seio do Império uma forte disputa partidária sobre as menores unidades administrativas, ou seja, as províncias, a constituição imperial estabelecia um sistema de eleições indiretas para determinar os representantes da nação com votantes de 1º grau selecionando os votantes de 2º grau<sup>39</sup>.

Art.90 As nomeações de deputados e senadores para a assembléia geral, e de membros dos conselhos gerais das províncias, serão feitas por eleições indiretas, elegendo a massa de ativos em assembleias paroquianas os eleitores de província, e estes os representantes de Nação e Província<sup>40</sup>.

Vale ressaltar que a grande maioria das pessoas não participava do processo eleitoral, o Art. 91 da constituição Imperial previa o direito ao voto aos cidadãos brasileiros “em pleno gozo de seus direitos políticos”, e estrangeiros naturalizados. O Art.92 determina que não detém direito ao voto nas assembleias paroquianas, menores de 25 anos solteiros, oficiais militares, bacharéis formados, clérigos de ordens de ordens sacras, filhos de família que ainda estivessem sob moradia dos pais, salvo os que prestarem serviço público, criados de servir, clérigos dos claustros e qualquer um que possuísse renda inferior a cem mil reis anuais provindos de bens raiz, indústria, comércio ou emprego<sup>41</sup>. Mulheres e aqueles que professassem religião distinta da oficial do Estado também não poderiam escolher seus representantes políticos.

A década de 1860 presencia um acirramento na oposição política desde a Corte até as províncias, em parte devido ao conflito com o Paraguai, mas principalmente por que o fazer

---

<sup>38</sup>Ver Riberiro. Felipe Nicelette em Império das incertezas: Política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1886-1889) o texto explana sobre a formação e fragmentação dos principais partidos monárquicos no seio do império, além de perceber a reivindicação por participação das classes emergentes economicamente e as tensões que resultaram no fim da escravidão.

<sup>39</sup>Idem.

<sup>40</sup>Artigo 90 da constituição de 1824 que determina o caráter indireto mais eleitoral da escolha dos representantes da nação.

<sup>41</sup>Artigo 91 e 92 da constituição de 1824.

político estava dividido em polos visivelmente opostos entre conservadores, liberais e progressistas.

Os pontos opostos do fazer político imperial se ligavam pelas referências ao pensamento europeu, afinal o século XIX é marcado pela emergência de teoria positivista, a busca pela verdade absoluta e progresso impregnava os discursos comuns. Como não há governo nem oposição sem representação<sup>42</sup>, o jogo político ampliava o seu debate até os jornais e periódicos que inúmeras vezes surgiam no seio dos partidos políticos monárquicos, longe do desenvolvimento econômico da corte o jornalismo adquiria um caráter panfletário, refletindo as tensões das relações locais.

A província do Piauí não foge a essa lógica carregando ainda a característica de que as relações internas refletiam o tom das disputas nascidas no conflito por terras, dessa forma as famílias que protagonizavam a política local eram a dos grandes proprietários, a imprensa nesse contexto era também um espaço de disputas oligárquicas antigas, que encontraram nos periódicos mais uma arena de enfrentamento.

A imprensa piauiense, nascida quase três décadas depois da nacional, não segue a mesma trilha que o jornalismo da Corte, pelo menos, não em toda a trajetória do Segundo Reinado. No entanto, a exemplo deste, seu primeiro periódico emerge sob os auspícios do governo. Do mesmo modo que a Gazeta do Rio de Janeiro, O Piauiense tem caráter oficial. Em 1835, com a criação da Assembléia Legislativa Provincial, surge o Correio da Assembléia Legislativa da Província do Piauí, também de cunho oficial. Anos depois, em 1839, é a vez de O Telégrafo, em meio ao conflito da Balaiada, e com ele, iniciam-se as lutas político partidárias via imprensa escrita, mas também das lutas oligárquicas com a definição dos lados em que se encontram as famílias Sousa Martins e Castello Branco.<sup>43</sup>

Quando o império do segundo reinado começava a mostrar seus primeiros sinais de cansaço<sup>44</sup> o partido liberal monárquico do Piauí lança o periódico político a *Imprensa* sob organização do jornalista Dayvit Morreira Caldas que em 1863 já havia passado como colaborador em outro periódico de orientação liberal o Liga e Progresso<sup>45</sup>. Apesar do principal idealizador do projeto *A Imprensa* ser jornalista de profissão a maioria dos colaboradores do jornal tinha formação em direito, o mesmo se dava na organização dos demais órgãos de comunicação da província.

---

<sup>42</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998

<sup>43</sup> RÊGO LEAL, Ana Regina ou RÊGO, A.R.B.L. *Jornais monarquistas piauienses: Mapeamento da temática republicana no segundo reinado. GT 4 – História da Mídia Impressa* Coordenador: Prof. Dr. Luís Guilherme Pontes Tavares.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> REGO LEAL, Ana Regina Barros. *Imprensa Piauiense e os Ideais Republicanos: A atuação do Jornalista David Moreira Caldas no Piauí*.



Os jovens juristas que faziam parte da elite intelectual piauiense eram filhos dos grandes fazendeiros mandados para Corte ou a cidade de Recife para completar a sua educação, ao regressar eles traziam conceitos “europeizados” de interpretação da realidade, na análise das fontes podemos perceber o elitismo do fazer jornalístico em Teresina. No entanto o padrão que ecoa das páginas do periódico não condizem de todo com a realidade da província, apesar de pouco prospera a nova capital atraia um enorme contingente de migrantes<sup>46</sup>, Teresina por possuir uma localização privilegiada as margens do rio Parnaíba e pelo seu status de capital se tornou rota de fuga para aqueles que procuravam escapar da seca e da pobreza.

Teresina era assim uma terra marcada por contrastes sociais profundos, fruto da tentativa de escape da pobreza e do acúmulo de capital de poucos, ao mesmo tempo em que era o principal centro de produção intelectual da região. A cidade se organizava assim sobre o estigma da diferença, entre a experiência popular e a expectativa intelectual, de modo que a falta de recursos e de estrutura se tornaram fonte para as reivindicações do partido liberal por meio do periódico *A Imprensa*.

Já no seu artigo inaugural o periódico *A Imprensa* deixa claro que seu caráter político panfletário sobrepõe sua função jornalística. “A publicação deste periódico, que não deixara de ser propícia ao jornalismo desta província, de tempos para cá tão moroso e estéril que passa quase desapercibido, e cuja valia convém fixar. *A Imprensa* é um órgão essencialmente político”<sup>47</sup>.

Mas somente na edição de número 26 que data de 20 de janeiro de 1866 que o periódico passa a apresentar em seu enunciado referência direto ao partido liberal, modificando os dizeres “periódico político” para “órgão do partido liberal”, ressaltando que esta foi à primeira edição com a colaboração explícita do proprietário do jornal, Deolindo Mendes, na redação. Ao modificar o enunciado do periódico e deixar explícito o termo “liberal” os organizadores pretendiam fazer apologia a um determinado grupo de símbolos que traduzissem a sua ideologia.

O termo *Liberal* traz em si uma complexidade que requer cuidado, por se tratar de uma palavra que atravessou o tempo a ponto de fazer parte do vocabulário político atual, a sua menção traz ao imaginário uma série de imagens que podem atrapalhar a análise crítica do

---

<sup>46</sup> LIMA, Nilsângela Cardoso. *Imagens de Teresina (PI) do Século XIX-XX: Sentimentos, Desejos, Tramas Urbanas e Práticas Jornalísticas*.

<sup>47</sup> Edição número 1 do periódico *A Imprensa* de 27 de junho de 1865, numeração de página irregular.

que seria o liberalismo que salta as páginas do periódico. De logo percebemos que é uma palavra que contém uma conceituação fluida e mutável.

Como quase todos os aspectos discursivos da política elitista do Piauí o termo “liberal” era uma importação europeia que não possuía um sentido único, entrando para linguagem política europeia nas cortes de Cádiz, em 1812, para determinar o partido que defendia as liberdades públicas contra o partido servil,<sup>48</sup> ao longo o século XIX a expressão ganha um leque variado de significação, de modo que enquanto o seu uso se expande as fronteiras do liberalismo se tornam mais maleáveis definindo correntes de pensamento jurídico, político, filosófico ou econômico.

Norberto Bobbio em seu Dicionário de Política demonstra que a palavra Liberal é difícil, ou talvez impossível conceituação, mas que quase sempre esta ligada as palavras/conceitos de democracia e liberdade. No entanto o autor mostra que essa não é uma constante invariável, ao longo dos séculos XIX e XX o termo *liberal* foi utilizado para definir movimentos de caráter opostos a sua ideia geral, na Alemanha e Inglaterra estava ligada a um posicionamento político conservador de caráter moderador enquanto nos Estados Unidos ganha ares de extrema esquerda<sup>49</sup>.

Bobbio explana ainda a respeito da noção filosófica de direito natural que paira sobre a ideia de liberalismo, o dividindo em duas grandes vertentes filosóficas, o Liberalismo ético que tem sua origem, através de Kant e Constant, em Rousseau, e o Liberalismo utilitarístico, através de J. Bentham e James Mill. Apesar de distintas ambas correntes de pensamento sistematizadas por Bobbio tem na restrição das liberdades/desejos individuais um meio para o bem maior. Sendo assim uma definição parcial de liberalismo seria a busca pelo equilíbrio entre a felicidade individual e o bem comum, o Estado seria assim apenas um mediador de nesse processo.

No entanto o liberalismo adotado pelo partido liberal monárquico do Piauí tem características próprias decorrentes do contexto em que estava inserido, nos artigos do periódico *A Imprensa* percebemos que o liberalismo piauiense esta mais ligado a uma ideia de modernização, ou pelo menos a tentativa de ruptura com o passado/presente rural da província, do que com a elaboração de uma liberdade “adequada” o suficiente para equilibrar felicidade individual e bem comum.

---

<sup>48</sup> BOBBIO, Norberto (1909) *Dicionário de política I*. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1 la ed., 1998.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p.689.

Em toda sociedade bem organizada, em que os agentes do poder executivo compreendem perfeitamente a religião de seus deveres, o interesse público e particular não podem deixar tomar impulso considerável.

Tornar mais breves as vias de comunicação, tentar os melhoramentos das estradas públicas e mandar proceder aos reparos nos edifícios públicos arruinados, são medidas que entrão nas altas atribuições do poder administrativo em uma província e que exercem grande influencia na sua prosperidade, alvo principal, para o qual devem convergir as vistas de todo governo ilustrado e bem intencionado e amante de seu paiz.

O commercio e a agricultura, que constituem a primeira fonte de riquezas d' um povo merecem ser encarados pelo governo com o mais decidido apoio.

E' mister que a essas dois poderosos sustentáculos do edificio social sejam livremente franquiados os melhores meios de transporte; porque a não ser assim as cousas permanecerão em estado de completo atraso, que sem duvida não se compadecera com idéias do século XIX em que o pensamento e a matéria se transmitem em grande parte por fios elétricos e por locomotivas, graças ao esforço da incansável humanidade que dia e para dia busca aperfeiçoar-se!<sup>50</sup>

As reivindicações do periódico seguem a linha do artigo transcrito acima, o clamor não é simplesmente por melhorias para a província, mas sim por uma ruptura com o “atraso” do passado, as tecnologias mencionadas no texto trazem a ideia de aceleração do pensamento, para os liberais era preciso ligar a província do Piauí não somente a Corte e as províncias vizinhas, mas também ao futuro, por isso o liberalismo avança no mesmo ritmo o que próprio tempo, ou encontra obstáculos na medida em que o passado continua atuante no presente<sup>51</sup>.

Logo chegamos à outra característica do liberalismo que pode ser observada em sua expressão piauiense, trata-se de um conceito temporal tal qual no sentido elaborado por Reinhart Koselleck, a palavra *Liberal* assim como outras terminologias sócio-políticas traz em si três tempos de atuação: passado, presente, futuro. Em torno do conceito fluido de *Liberal* se constrói uma perspectiva temporal inerente a modernidade, onde a linguagem política ganha um aspecto de anunciação, “graças ao esforço da incansável humanidade que dia e para dia busca aperfeiçoar-se”, é o progresso que esta chegando?

Os liberais do periódico *A Imprensa* sentiam-se responsáveis por mediar o caminho do progresso na capitania piauiense, seus discursos reivindicativos cumpriam o papel de tentar quebrar as continuidades indesejadas do passado e construir no presente um caminho para o futuro, que estava cada vez mais próximo, beirando o imediato. É interessante perceber que a linguagem política empregada no jornalismo de periódicos como *A Imprensa* não se reduz a uma consequência do fazer político local, as reivindicações feitas compõem um horizonte de expectativas, capaz de absorver os anseios de uma época.

<sup>50</sup>Artigo publicado na edição 71 do periódico *A Imprensa* de 30 de novembro de 1866, numeração de pagina irregular.

<sup>51</sup>H. Heine, *Santliche Schriften*, org. C Bringleb. Monique e Vienna apud KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. p. 297.

A linguagem política deve ser entendida como um potencial agente modificador da sociedade, ao se dissolver nos discursos comuns termos e expressões sócio-políticas podem possibilitar ao indivíduo que de praxe fica de fora do jogo político um local de fala reconhecido. Isso significa que ter consciência da existência de uma linguagem específica dar “poder” de participação.

Na parcela da população teresinense letrada o pensamento político estava difundido de modo que a consciência sobre a possibilidade de participar do debate político era presente, e não raras vezes os cidadãos se organizaram para pedir espaço de fala nas publicações do periódico. A este serviço *A Imprensa* reservava as “publicações pedidas” e os “anúncios”.

Para o senhor presidente da província ver!

Abaixo assinado faz publico, para que possa constar S. Exe. o senhor presidente da província.

Trata-se de (trez contos e quinhentos mil reis), quantia decretada pela assembléa legislativa provincial para aquisição de uma provincial para aquisição de uma nesta vila em que possa funcionar qualquer tribunal e a câmara municipal, assegura a S. Exc. que tem toda comodidade não só para trabalhos daquelas duas corporações, como mais ainda para quartel e cadeia; e portanto , dando-lhes por esse preço não tem em vista somente um negocio, senão também prestar um serviço a nação, considerando um delas grátis.

Jacob Rodrigues de Sousa Uchóa<sup>52</sup>

Tanto nos artigos do periódico como nas publicações pedidas o Estado é visto como o principal mediador do bem comum, as críticas ao governo imperial ou da província acontecem de maneira esporádica e sem questionar a posse do poder, como observamos anteriormente o conceito de *Liberalismo* costuma aparecer ligado ao de *democracia* ou *republica*, mas percebemos também que a via piauiense do liberalismo não se opõe a força imperial.

Nós reconhecemos, rendemos justiça as boas intenções do governo e mesmo sabemos que nunca houve época em que ele fosse mais digno de desempenhar a missão de anjo tutelar da nação do que a atual... Entusiastas da liberdade somos também apologistas da ordem... convém que ambos se aliem e se harmonizem, sim; mas ficando o segundo...Pelo que não há espírito recto nem coração bem formado que não applauda o procedimento administrativo do Exc. o Sr. Dr Freire, em quem outros sentimentos não predominão do que não sejam de bem servir a província, que dignamente administra e ao governo Imperial, de quem é delegado.<sup>53</sup>

Por toda a parte ergue-se a imprensa liberal denunciando os inumeros attentados que o governo e seus agentes, encorajados pela impunidade, ousaram cometer em prejuizo das instituições, das leis que regem esta parte importante da America meridional.

<sup>52</sup> Edição de número 23 do periódico *A Imprensa* de 30 de dezembro de 1865, numeração de pagina irregular.

<sup>53</sup> Edição de número 01 do periódico *A Imprensa* de 27 de junho de 1865, numeração de pagina irregular.

Não houve em canto do império em que não fizesse sentir a mão pesada do poder pessoal, a vontade discriminatória do despotismo que tudo desbarata e arruína em sua macha devastadora<sup>54</sup>.

Koselleck define o liberalismo como um conceito de movimento e como qualquer outro conceito de movimento tem caráter ambíguo, chegando mesmo a ser contraditório, percebemos ao longo da leitura das fontes que ao mesmo tempo em que o partido liberal por meio do periódico *A Imprensa* prega a soberania da liberdade em todas as organizações sociais não se busca a ruptura com o poder Imperial.

O devir das terminologias políticas as levam a ter na contradição uma maneira para explicar sua forma irregular. O termo *Liberal* que nos faz invocar inconscientemente a noção de *Liberdade* esta colocado no periódico *A Imprensa* tal qual a definição adotada por Norberto Bobbio e seus colaboradores em seu Dicionário de política.

...um Liberalismo político, onde se manifesta com mais força o sentido da luta política parlamentar: resume-se no princípio do "justo meio" como autêntica expressão de uma arte de governar capaz de promover a inovação, nunca porém a revolução. Apesar disso, na sua atuação concreta, esta arte de governar oscilou constantemente entre o simples comprometimento parlamentar, objetivando manter inalterados os equilíbrios existentes, e a capacidade de uma síntese criadora entre conservação e inovação, capaz de libertar e mobilizar novas energias.<sup>55</sup>

O Estado liberal almejado pelos rotadores do *A Imprensa* era de caráter moderado e conciliador, por vezes os artigos publicados no periódico empreendem a tentativa de vincular ao partido Liberal monárquico a qualidade de defensor do Império, colocando os opositores a suas ideias como potenciais “traidores”.

Sobre este ponto notamos que conforme se aproximava o fim do Império mais se acirram as tensões entre liberais e conservadores. Não se trata de enxergar nos vestígios do passado um fim lógico aos conflitos, mas sim de perceber que os desdobramentos políticos e discursivos são resultado das subjetividades de uma época, bem como dos indivíduos que produziram os documentos que agora classificamos enquanto fonte histórica.

Não havia neutralidade na imprensa, escrevia-se contra ou a favor do governo Imperial, mas como tudo quanto não for vida é literatura<sup>56</sup> a linguagem jornalística também é de certa forma um produto ficcional, e no caso dos periódicos oficiais de partidos a construção da memória é um fator crucial. Nas páginas do periódico *A Imprensa* constatamos

<sup>54</sup> Edição de número 369 do periódico *A Imprensa* de 08 de janeiro de 1873, numeração de pagina irregular.

<sup>55</sup> BOBBIO, Norberto (1909) *Dicionário de política I*. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998, p 689.

<sup>56</sup> SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

o cuidado para formular uma imagem positiva das propostas do partido liberal, não somente nos artigos de opinião, mas também na escolha das notícias que seriam veiculadas.

Boa parte das páginas do periódico cumpre o papel de deixar a população informada quanto os tramites legais da província, para esse serviço a redação reserva a *parte oficial*, mas muitas vezes essa função se estende no *noticiário* e nas *publicações gerais*. Praticamente todas as edições trazem recortes dos boletins oficiais da administração pública bem como a correspondência de ofícios da administração interna, como com as demais províncias. Além da transcrição de notícias selecionadas em periódicos que circulavam nos grandes centros urbanos do país.

Se colocando como parceiro do “povo” o periódico enche suas páginas com a prestação de contas oficial, notícias sobre editais de concurso, nomeações, atualizações sobre as leis e processos em andamento. Apesar de manter a função de atualizar a população sempre em dia, cabe questionar a quem de fato essas notícias chegavam. Podemos observar que não existe o cuidado de tornar a linguagem da documentação oficial mais acessível, os debates transcritos a partir dos ofícios têm um palavreado extremamente rebuscado.

De acordo com Monsenhor Chaves em seu *Teresina- Subsídios para a história do Piauí*, até o ano de 1872 o ensino primário em Teresina não compensou sequer as somas gastas para mantê-lo. Apesar da reforma educacional empreendida no final da década de sessenta pelo então presidente da província Dr. Franklin Américo de Menezes Doria, a partir da qual as escolas primárias passaram a ser classificadas em 1º e 2º grau conforme o número e importância das disciplinas lecionadas. A remuneração para professores de 1º grau era quantia ínfima de 600\$000 reis anuais, e se exigia uma rigorosa seleção dos professores que incluía capacidade física, moral e intelectual para atuar no magistério. Os livros estudados em sala teriam que ser previamente avaliados pelo governo da província e pelo bispo da diocese. A escola Normal de Teresina fundada pelo então presidente da província Dr. Doria em 1865 finalizou seu primeiro ano letivo com apenas três alunos aptos para o teste de conclusão.

Na edição de número 132 do periódico aparece nas publicações pedidas à propaganda do colégio de Nossa senhora do Amparo de Teresina, a instituição particular para educação de garotos prevê no seu cronograma a base dois cursos, um primário e um secundário. Sendo o primário dividido em três classes:

- 1º Exercício de pronuncia, leitura e noções básicas de numeração.
- 2º Leitura, moral, catecismo, gramática e escrita.
- 3º Analise gramatical, escrita, ortografia e noções gerais sobre o Brasil.

No curso secundário que por ser destinado a alunos mais velhos traz em seu enunciado a seguinte frase: “Aos alunos cujos pais ou pessoas que tenham sob seu domínio quiserem, poderão frequentar as seguintes aulas.”

Introdução ao secundário:

- Grammatica, versão e composição.
- Francez, versão e composição.
- Ingles, versão e composição.
- Arithimetica e geometria.
- Philosophia.
- Rhetorica.
- Geiophafia e historia universal, com especialidade a sagrada e a da pátria.

Ao fim da enumeração das aulas o artigo nono do anuncio estabelece que estas ocorreriam em horários opostos de modo “que os alumnos possam frequentar duas ou mais” disciplinas. O preço estabelecido para a pensão/mensalidade da escola era alto, chegando a 20\$000 reis para alunos internos do secundário, fora os gastos com o material exigido que variavam desde paletós até cadernos individuais para cada disciplina.

Por meio dos subsídios disponibilizados nos escritos de Monsenhor e das informações que encontramos no periódico é possível constatar o qual deficiente era a educação na província do Piauí, no ramo público havia um profundo descaso aos professores enquanto profissionais, cujo qual estava vinculado à ideia de vocação, e que esta era uma profissão para altruístas, talvez por isso o baixo salário. Logo é de se presumir que uma parcela considerável da população não soubesse de fato ler, muito menos interpretar a difícil linguagem dos ofícios e documentações oficiais transcritas no periódico *A Imprensa*.

O que não significa que os seus redatores estivessem desinteressados pela educação na província, pelo contrario a falta de conhecimento letrado em Teresina era uma das características de atraso que para os liberais deveria ser erradicada. Nem que para isso a iniciativa tivesse que partir de seus próprios membros.

... já em 1869 se fez em Teresina uma tentativa de alfabetização de adultos. Aos doze de novembro daquele ano, às sete horas da noite, em casa do senhor Deolindo Mendes da Silva Moura, à Rua Barroso, inaugurou-se uma aula noturna para rapazes e homens feitos. A simpatia popular pelo empreendimento foi tão intensa que de todos os lados choveram auxílios em livros, cartilhas, cadernos, papel, tinta e até querosene para as lamparinas da escola. O curso era gratuito e seus alunos se distribuíram em três classes: a 1ª dos alfabetizandos, a 2ª dos que já possuíam alguns rudimentos de leitura e a 3ª dos mais adiantados, aos quais se ensinava os rudimentos fundamentais da aritmética. O corpo de professores era brilhante. Citemos alguns nomes: Deolindo Moura, Dayvit Morreira Caldas, Jesuíno José de

Freitas, Juvêncio Tavares Sarmiento da Silva, Cândido Alves de Noronha, Dionísio da Costa Romeu. No segundo mês de funcionamento o curso era frequentado por 53 alunos. Contava-se entre eles aprendizes de tipógrafo, ourives, pedreiros, barbeiros, alfaiates e roceiros<sup>57</sup>.

Não foram encontradas referências quanto à duração total do curso em Teresina, mas o fato de ter entre os organizadores dessa ação social quase todo o partido liberal piauiense, e os redatores de seu periódico é importante para nossa análise, afinal nessa tentativa de melhorar o nível educacional da capital enxergamos a conduta liberal de se esforçar para manter o espaço urbano como um ambiente de civilidade.

A disciplina e a ordem passam pela educação? Os redatores do *A Imprensa* tinham certeza que sim, ao montarem um curso para a alfabetização de jovens adultos eles buscam de certa forma contribuir para normatização do comportamento social, o que vemos não é uma obra de caridade, mas sim a expressão máxima da preocupação que os liberais tinham quanto a todos os aspectos que pudessem atrapalhar o desenvolvimento da província, logo o periódico segue denunciando ao longo de toda a sua atuação qualquer agressão ao já frágil sistema educacional.

Senhor! A assembléia legislativa do Piauí vem perante V.E imperial denunciar do coronel Theotônio de Sousa Mendes primeiro vice-presidente da província, n'ella residente, no município de S. Gonçalo, fazendeiro, pelos attentados por elle praticados contra a constituição e as leis, e contra os direitos dos cidadãos, na ocasião em que esteve no exercício do cargo de vice presidente de 21 de maio a 04 de dezembro do corrente ano.

Nos dias 10 de junho, 13 de setembro e 19 de novembro, o vice presidente expediu portarias, documentos 1, 2 e 3 demitindo do cargo de professor público de primeiras letras da Villa dos Picos Francisco Justiano Gil de Almeida, e removendo professores públicos das villas de Jeromenha e Valença, João Raimundo de Souza Guimarães e João Batista Cunha Meirelles e as professoras de Jaicós e Picos D. Antonia Rosa Dias de Freitas e D. Antonia Maria de Soledade Alvarenga; todos providos vitaliciamente nos lugares, sem d'elles poderem ser removidos.<sup>58</sup>

No entanto, esse empreendimento de tecer na trama cotidiana da população comum teresinense um fio de intelectualidade não passava pela simplificação da linguagem adotada no fazer jornalístico, mas podemos observar que em especial nos artigos de opinião as palavras são mais fluidas, no sentido de que a leitura é por assim dizer mais agradável, sem romper com a norma culta gramatical e o elitismo do discurso. Talvez o estilo mais próximo do tom de uma conversa ou denuncia nos artigos de opinião seja proposital, como uma forma garantir que as propostas do partido liberal atingissem de fato seus leitores.

<sup>57</sup> CHAVES, Monsenhor. *Teresina: subsídios para a história do Piauí*. In: *Obra completa*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Mons. Chaves, 2013.p.35.

<sup>58</sup>Edição de número 234 do periódico *A Imprensa* de 25 de janeiro de 1870, numeração de pagina irregular.



Fica entendido nas entre linhas do periódico que os seus assinantes estavam entre a camada intermediária e a mais avantajada economicamente, e que provavelmente compartilhavam dos mesmos anseios dos redatores de *A Imprensa*. Almejava-se para capital um ambiente mais civilizado, a moldes obviamente estrangeiros.

Da investigação dos desdobramentos da palavra/conceito *Liberal* dentro dos discursos estruturados no periódico *A Imprensa*, surge à necessidade de nos aprofundarmos em outro conceito importante para compreender dimensão discursiva criada pelo periódico. Trata-se da noção de *civilidade* que emana principalmente dos artigos de opinião, mas também das publicações pedidas.

Mesmo em momentos de extremo nervosíssimo como os períodos de eleição provincial onde os ânimos se exaltavam, não percebemos grandes descomposturas nos textos do periódico, é preciso atentar para esse detalhe, afinal seria fácil confundir a polidez discursiva dos artigos do periódico *A Imprensa* com alguma falta de combatividade de seus redatores. No entanto ao pensar no todo da construção da imagem que o partido liberal reivindica para si, nos deparamos com a *civilidade* enquanto uma qualidade diretamente ligada à ideia de progresso e racionalidade. Devido aos limites que os próprios liberais construíram ao longo de sua atuação não poderiam se dar ao luxo de usar de obscenidades e descomposturas em seus textos, a caricatura de incivilizado era atribuída então a seus opositores.

Desde o momento de sua fundação *A Imprensa* coloca os liberais como detentores da racionalidade e propagadores da *civilidade* que a província tanto carecia. Ao declarar que “em nosso conceito, constitui atualmente a condição primordial da vida de todo povo civilizado” os redatores do periódico acabam que ao mesmo tempo em que assumem perante a sociedade o compromisso com uma postura específica, se colocam enquanto fiscalizadores da moralidade.

Estaremos ao lado do filho do povo, ora como advogado, e sempre como guia zeloso e circunspecto. Onde houver um abysmo, lho apontaremos; rasga-lhe hemos todos os véus que envolver a verdade salutar, e incitando-o ao trabalho, oferecendo-lhe a virtude como norma divina de proceder. O exhortaremos a que seja bom e cidadão benemérito<sup>59</sup>.

As últimas décadas do império presenciam a construção de um ideal de moralidade que combina perfeitamente com a via piauiense do liberalismo, como Sidney Chalhoub expõe em sua obra *Trabalho, Lar E Botequim: O Cotidiano Dos Trabalhadores no Rio De Janeiro*

---

<sup>59</sup> Edição de número 01 do periódico *A Imprensa* de 27 de junho de 1865, numeração de pagina irregular.

*Da Belle Époque*, o parlamento da corte imperial se esforçava para construir uma imagem positiva de trabalho, o que conseqüentemente criava uma serie de adjetivos pejorativos para o seu oposto, o ócio.

O texto de Chalhoub foca nas tensões da classe trabalhadora do Rio de Janeiro no final do império e primeiros anos da república, no entanto se torna uma importante ferramenta teórica para investigação de nossas fontes, na medida em que o autor constrói boa parte da sua análise com base em documentos produzidos pela elite da corte imperial, e consideramos que os discursos estruturados nas fontes selecionadas pelo autor são a expressão da continuidade de uma linha de pensamento que tinha raízes em todo Império, mais profundas do que o pode ser visto.

Na corte ao longo da segunda metade o século XIX pode-se observar a tentativa de associar ao trabalho as qualidades morais que um “bom cidadão” deveria apresentar, entre estas estava à sobriedade e a obediência ao patrão que poderia ser interpretado também como a figura do Estado. Ao passo em que se construía a ideologia de trabalho a qual migrantes, escravos e gentes pobres deveriam se submeter outro conceito se erguia a margem do discurso oficial.

O conceito de vadiagem se constrói na mente dos parlamentares do fim do Segundo Reinado basicamente a partir de um simples processo de inversão: todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando objeto de reflexão e a vadiagem. Assim, enquanto o trabalho e a lei suprema da sociedade, a ociosidade a uma ameaça constante a ordem<sup>60</sup>.

O indivíduo ocioso passa a ser visto como um risco em potencial para a sociedade, em torno dele se constrói um espectro perverso, dessa forma a duas maneiras de reagir a sua incomoda existência, por um lado deve-se ter medo dessas pessoas, pois se fogem ao trabalho “provavelmente bom caráter não podem ter”, e por outro é preciso normatizar o seu comportamento, seja através de punições a vadiagem ou inculcando neles a necessidade de se adequar a sociedade por meio do trabalho.

O ponto mais relevante na escrita de Chalhoub para a nossa pesquisa é perceber que esses dois extremos morais criados discursivamente em torno da ideia de trabalho não se aplicava as elites, o seu ócio era classificado de outra forma. A boa ociosidade é, com certeza, atributo dos nobres deputados e seus iguais<sup>61</sup>, é fora do trabalho braçal mal pago e sistemático que as classes “superiores” tinham tempo para desenvolver seu conhecimento intelectual, se

---

<sup>60</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim - o Cotidiano dos Trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2º edição. Campinas SP. Editora Unicamp.2001.p.73.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 75.

aprimorar nas artes, em especial as literárias, e adentrar no jogo político e conseqüentemente em seu espetáculo jornalístico.

Portanto, existiam ócios e ócios. O de grupos sociais pobres era associado à preguiça, marginalidade e promiscuidade, enquanto o ócio das classes mais avantajadas se dividia entre o necessário para o desenvolvimento intelectual e da civilidade e aquele que era capaz de degradar “um homem de família”.

Nas finas acusações que surgem nos textos do periódico *A Imprensa*, os opositores políticos e inimidades particulares são apontados como praticantes de um ócio ruim para os pares daquela classe intelectual politicamente ativa. Deste vício social surgiria à incivilidade. Logo as respostas para a provocação praticada por membros do partido conservador provincial tinham uma conotação elitista, as ofensas se caracterizavam pela tentativa de retirar do oponente os predicativos positivos associados à civilidade.

O jovem Antônio Coelho Rodrigues que em 1866 regressava para a capital da província após concluir o curso de direito na cidade de Recife torna-se um importante membro do partido conservador, fundando em 1867 o periódico *O Piauí* sendo este um órgão do partido conservador<sup>62</sup>, o jeito impetuoso do rapaz de vinte poucos anos o tornou um dos principais alvos dos artigos do periódico *A Imprensa*, estando constantemente sob a acusação de ser “incivilizado” demais para o jogo político.

O Sr. Antônio Coelho Rodrigues formando-se no Recife e buscando sua província apresentou-se aqui arrotando foros, um dos maiores inventores do mundo! Pelo fato de ter sido nomeado procurador fiscal da thezouraria, arvorou-se em cabo de guerra, gerou um periódico ao qual deu o nome de Piauí, e pensou e entendeu que derribava o Sr. Conselheiro Paranaguá da altura d’onde o mesmo conselheiro não se designa de lobrigar um tal pigmeu.

O heroe paladino, como acertadamente foi chamado, ia entretanto sua romaria intemível a opposição somente contra o Sr. Conselheiro, como era programma de sua gazeta. Esgotando esta matéria, começou elle de engrossar as indisposições e os ódios que já si cavara, e eil-o atirando-se com uma gana infernal a todos aquelas pessoas que nem sequer o conheceram.

Já antes disso escrevia elle a dous respeitáveis ministros d’estado passando-lhes cartas com boa dose de descomposturas. Censurar hoje com maior acrimônia, ao presidente da província ou a qualquer outro cidadão, e ir amanhã aperta-lhe a mão, dar-lhe um abraço e rende-lhe finezas é moda que não sabemos onde aprendeo o Dr. Coelho Rodrigues...

...Ninguem nega intelligencia, mas esta em vez de estender seus voos pelas alturas de um céu limpido, esvoaça pelo po da terra, procurando o lodo pestilente da maledicência...E’ tempo ainda de emendar tantos erros e desatinos.<sup>63</sup>

<sup>62</sup> CARVALHO, Nayra Rodrigues. *História E Memória de Antônio Coelho Rodrigues: Sua Contribuição Para a Formação do Estado Nacional Brasileiro*.

<sup>63</sup> Edição de número 131 do periódico *A Imprensa* de 25 de janeiro de 1868, numeração de pagina irregular.

No artigo anônimo publicado na edição 131 do periódico *A Imprensa*, percebemos que as acusações direcionadas a Coelho Rodrigues visam questionar a maturidade do jovem jurista, afinal as “afrontas” deferidas por ele contra o presidente da província provariam que este era incapaz de manter a civilidade no trato político e que, portanto suas propostas não deveriam ser levadas a sério.

Ao referir-se a Rodrigues como “paladino”<sup>64</sup> o artigo mostra mais uma vez a conduta liberal de colocar-se enquanto guardiões do futuro, Coelho Rodrigues apesar de jovem tinha sua imagem associada ao atraso que os liberais buscavam superar. No último trecho do texto em que o autor afirma que “ainda é tempo de emendar tantos erros e desatinos”, longe de qualquer sentimento de empatia existe a tentativa de inferiorizar o oponente.

Ao longo de toda a sua atuação *A Imprensa* mantém debate com varias folhas de opinião conservadora que tinham ampla circulação em Teresina, formulando artigos resposta a publicações de *O Piauí*, *A Opinião conservadora*, *Época* e a *Phalange*. A estrutura desses artigos é de certa forma regular, há a resposta a alguma acusação ou uma argumentação levantada nos periódicos de oposição, que segue de uma desmoralização da ideia oposta, e finaliza com a associação do rival em questão a ideia de atraso e incivilidade. *A Imprensa* se utilizava do espaço de debate jornalístico para reafirmar a identidade que buscava construir para o partido liberal. Eram eles e nós.

Como um subproduto desse debate restava uma serie imagens sobre a província, construídas hora propositalmente, hora não. Ao denunciar o despotismo nas instituições, e reivindicar constantemente melhorias tecnológicas o periódico contribui para criação de uma noção pessimista de Piauí. Apesar do interesse que os redatores tinham em se desligar o passado/presente rural da província, seus textos acabam por evidenciar justamente o que mais incomodava, sendo *A Imprensa* o órgão de jornalismo político de maior longevidade na época dos periódicos monárquicos, contabilizando quase 25 anos de circulação, conclui-se que o mesmo foi importante para construção de uma identidade piauiense. Saltam as páginas do periódico noções que ajudaram a construir a ideia do que era moralmente correto, do que esperar do futuro, sobre o comportamento social desejável e de *cidadania*.

Em Os bestializados José Murilo de Carvalho discorre sobre o aspecto *bestializado* com que os fluminenses assistiram a proclamação da república e os seus desdobramentos, mas também avalia os variados conceitos de *cidadania* que emergiam da capital. O Rio de Janeiro

---

<sup>64</sup> *arql.vb.* cavaleiro errante da Idade Média que vagava em busca de façanhas que lhe comprovassem o valor e a correção.

do final do século XIX e começo do XX era um centro urbano procurado por imigrantes, e repleto de indivíduos pobres que saíam a pouco da situação de escravidão. Desse emaranhado social emergiam novas noções de moralidade que para os dirigentes não eram vistas como adequadas. Carvalho mostra que no novo regime a noção de *cidadão pleno* em direitos políticos continuava tão restrita quanto no Império, o voto continuava vetado a militares, analfabetos, mulheres e estrangeiros.

Apesar da distância geográfica entre o as duas cidades e do recorte temporal distinto ao utilizado nessa pesquisa, há alguns pontos sobre o Rio república destacados por José Murilo de Carvalho servem para analisar questões sobre Teresina nas últimas décadas do Império.

Assim como o Rio a cidade de Teresina acabou por se tornar o refúgio de milhares de migrantes por ser o principal centro urbano do Piauí e também pela sua proximidade com o rio Parnaíba, multidões de miseráveis buscavam na capital uma saída para suas mazelas, a partir da década de 1870 *A Imprensa* passa a reservar algumas de suas páginas ao problema dos migrantes que invadiam a cidade.

A situação da província é desesperadora o quadro lúgubre da fome e da miséria. O inverno transacto foi escasso, as colheitas diminutas; mas não sofreria totalmente as populações derramadas em sua superfície senão fossem a enorme emigração das províncias vizinhas assoladas por esse flagello.<sup>65</sup>

O horror o horror: sob essa epigraphe a Moderação derrama lagrimas sentidas pela sorte dos pobres emigrantes que por aqui vêm em busca de proteção do governo, como um meio de fugir da indigência.<sup>66</sup>

Apesar da incapacidade do governo provincial em lidar de maneira eficaz com o fenômeno dos migrantes e, do descaso do governo imperial, os liberais não deferiam a administração pública grandes ofensas, mesmo no ano 1878 quando os conservadores estavam no poder, existia uma preocupação liberal com o “dever e a ordem”, como podemos constatar nas publicações de *A Imprensa* na lógica liberalista era mais próprio atacar a raiz do problema, ou seja, o próprio imigrante.

No artigo da edição 530 citado acima os redatores do periódico lançam a questão “o senhor Exc. se pretende tolerar de tais abusos, que são prejudiciais ao thesouro”, se percebe a que para os valores da época, ao menos os dos liberais do Piauí, o “bem comum” não significava o mesmo que o “bem de todos”, posto que a margem do fazer político imperial

<sup>65</sup> Edição de número 530 do periódico *A Imprensa* de 17 de janeiro de 1878, numeração de pagina irregular.

<sup>66</sup> Edição de número 537 do periódico *A Imprensa* de 06 de abril de 1878, numeração de pagina irregular.

estivesse à grande maioria da população, facilmente identificável entre os rostos dos migrantes que ocupavam as ruas semiurbanas de Teresina, o que nos leva a tentativa de compreender quais as particularidades do conceito de *cidadão* que aos poucos ganhava forma nas páginas do periódico.

De acordo com constituição imperial eram cidadãos brasileiros:

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e os illegitimos de mai Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalisação.<sup>67</sup>

Segundo análise de José Murilo de carvalho o conceito de *cidadania* se constrói ao lado do de Estado nação e que, portanto os indivíduos se sentem cidadãos conforme se identificam com o país ao qual pertencem.<sup>68</sup>, no entanto essa lógica é de todo problemática quando pensamos nas particularidades de uma sociedade desigual como a do império brasileiro. Como podemos observar no artigo sexto da carta constitucional ficavam a margem do conceito de *cidadão* os não libertos e os nativos, e como foi visto anteriormente o direito à participação política era ainda mais restrito.

Carvalho aponta ainda para uma característica do conceito de *cidadania* que talvez não tenha sido de todo superada pelo tempo, que é o fato de em geral ser possível haver direitos civis - reservados ao cidadão- sem direitos políticos. No entanto o contrario não se aplica<sup>69</sup>. É dessa maneira que o termo *cidadão* ganha na linguagem política do final do século XIX uma variedade complexa de sentidos no Brasil.

No manifesto republicano de 1870 o termo aparece da seguinte forma:

Aos nossos cidadãos

A soberania nacional só pode existir, só pode ser reconhecida e praticada em uma nação cujo Parlamento, eleito pela participação de todos os cidadãos, tenha a suprema direção e pronuncie a última palavra nos públicos negócios<sup>70</sup>.

<sup>67</sup> Artigo 6º da carta constituição do Império do Brasil outorgada em 25 de março 1824.

<sup>68</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>69</sup> Ibid., p.09

<sup>70</sup> MELO, Américo Brasiliense de Almeida e (1833-1896) Os programas dos partidos e o 2º Império, de, São Paulo, 1878. In: *Manifesto republicano de 1870* (p.60-89).

Quem era o “*cidadão*” da carta constitucional do Império outorgada em 1824 provavelmente já não é o mesmo citado pelo Manifesto Republicano 1870, isso por que como observaremos nessa breve análise a palavra *cidadão* e sua flexão *cidadania* corresponde a uma espécie de conceito que situa entre os de movimento e os históricos.

Dentro da palavra/conceito *cidadão* se desdobram duas dimensões possíveis de apreensão da realidade: a primeira e mais urgente faz menção ao seu conteúdo histórico, de alguma maneira o cidadão esta, enquanto recurso discursivo, associado à recuperação de algo perdido ou legitimação das regras vigentes, é nesses moldes que ela é utilizada tanto na carta constitucional quanto no manifesto republicano. A segunda diz respeito ao anseio de ser, pois a cidadania confere ao indivíduo direitos políticos reservados aqueles que possuem esse status, enquanto que os que ficam a margem do conceito estão fadados ao silenciamento e a marginalidade, posto isso a cidadania é, sobretudo um conceito ligado a ideia de busca, logo cada recorte temporal tem uma variedade de significados para essa palavra, ou seja, é também um conceito de movimento.

Importado da linguagem política e social europeia o termo cidadão do século XVIII passa da representação do indivíduo que habita na cidade para descrever o *cidadão do Estado* no século XIX,<sup>71</sup> mais precisamente o burguês, e em meados da década de 1840 ganha também o teor econômico, é cidadão o indivíduo que faz parte de uma sociedade liberal e que contribui com a engrenagem econômica. Testemunha da *revolução francesa*<sup>72</sup> a palavra cidadania exige participação política, e traz como parte de seu conteúdo a ideia de “membro” de algo maior, algo é evoca a responsabilidade.

Nos primeiros anos de circulação do periódico *A Imprensa* o termo aparece associado às ideias de liberdade e direito, além de seu plural ser acompanhado de um “nós” constante e que pode ser explicado pela ideia de unidade nacional que o periódico buscava implantar na província, podemos enxergar esta como mais uma reminiscência da guerra do Paraguai nos textos do periódico. Outro ponto interessante é pela maneira que é utilizado nos discursos ser *cidadão* parece ser uma qualidade, que obviamente só os moralmente corretos teriam.

- É uma garantia de prosperidade e honra para nossa pátria que verá sempre em seu Imperador, seu primeiro cidadão<sup>73</sup>.  
Era, sim, um simples cidadão ainda de uma idade robustecida, mas que soube cumprir perfeitamente seus deveres<sup>74</sup>.

<sup>71</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão de tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora.PUC-Rio.pg.104

<sup>72</sup> HOBBSBAWM, E. J. *A era das revoluções*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

<sup>73</sup> Edição de número 16 do periódico *A Imprensa* de 11 de novembro de 1865, numeração de página irregular.

<sup>74</sup> Edição de número 33 do periódico *A Imprensa* de 07 de março de 1866, numeração de página irregular.

No entanto, nos últimos anos de circulação do periódico a palavra *cidadão* tinha uma proporção de significados muito reduzida se comparada aos discursos de periódicos da corte, no mais das vezes o termo aparece ligado ao nome de algum indivíduo que foi nomeado, cassado ou transferido, e que logo fazia de alguma forma parte do sistema público provincial, era quase como um pré-requisito do nome próprio que seria mencionado em seguida.

-Ao administrador dos correios = dizendo que, tendo o mesmo proposta para agente da Villa da Batalha o cidadão Antonio da Costa Alvarenga<sup>75</sup>.

O cidadão Francisco Bibio veio procurarnos para expor nos uma violência que acaba de fazer-lhe o fiscal.<sup>76</sup>

Tendo fallecido aquele cidadão foi nomeado para substitui-lo um agrônomo também formado o Sr. Ricardo Ernesto Ferreira Carvalho<sup>77</sup>.

Outra questão interessante em relação à palavra *cidadão* no periódico *A Imprensa* é que ela não chega a ser flexionada, ou seja, não encontramos a palavra *cidadania* em nenhuma de suas edições, nem mesmo o mecanismo de busca do site da biblioteca nacional foi capaz de identificá-la em algum dos textos do periódico. As conclusões possíveis desse detalhe são inúmeras, mas de logo poderíamos supor que as potenciais questões que essa flexão levantaria no debate político da província talvez fossem demais para aquele *liberalismo de sertão* que os relatores do periódico *A Imprensa* estavam acostumados. Dado a profundidade que a discussão exige deixaremos a problematização necessária para outro momento.

---

<sup>75</sup> Edição de número 759 do periódico *A Imprensa* de 06 de janeiro de 1883, numeração de pagina irregular.

<sup>76</sup> Edição de número 898 do periódico *A Imprensa* de 02 de janeiro de 1886, numeração de pagina irregular.

<sup>77</sup> Edição de número 1058 do periódico *A Imprensade* 01 de dezembro de 1889, numeração de pagina irregular.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O historiador é antes de qualquer coisa um incomodado, e a esta incomodou não entender bem o papel do pré-projeto em uma pesquisa, ora como poderia eu pré-projetar uma história? Incomodou também o fato de o Brasil aparentemente ter certeza que faz parte da Europa ou se classificaria como um sub EUA posto que a produção historiográfica de nossos vizinhos de fronteira seja tão pouco explorada na academia.

Mas, sobretudo incomodou a maneira com que atualmente todo debate parece ser um exercício de anacronismos, onde se desconsidera quase que completamente que os conceitos que utilizamos para interpretar o passado são chaves falhas se não levarmos em conta a particularidades dos discursos de cada época.

Dessa insatisfação constante nasce esse texto convulsionado que não pretende solucionar as questões citadas acima, mas sim acalmar uma febre, cada parágrafo aqui escrito é fruto uma entrega e da busca por autonomia intelectual. É um grito que tenta dar a perceber a construção dos conceitos políticos e sociais atrás de palavras de uso comum no cotidiano.

Aqui eu pensei o discurso e as liberdades e prisões que ele pode representar, não se trata de sobrepor a linguagem a realidade que a ela esta vinculada, mas sim de perceber que o que ela pode revelar do passado, cada palavra guarda em si uma multiplicidade de sentidos que se ignorada torna qualquer questionamento historiográfico ou não raso.

As problemáticas que foram levantadas no texto só atingem a superfície de um debate que poderia se estender infinitamente, pois as fontes são por si só um enigma impossível de ser desvendado por completo, assim a História jamais é um fato consumado e nem tampouco se ocupa deles.

No processo de elaboração dessa escrita pretendi entender o desdobramento da palavra/conceito *liberal* dentro dos discursos estruturados no periódico *A Imprensa*, bem como perceber a maneira como os liberais do Piauí traduziam elementos do discurso político época, e diante da imensidão de conclusões possíveis sobre a temática me apeguei a uma colocação de Reinhart Koselleck em seu *Futuro Passado* onde o autor designa as fontes selecionadas pelo historiador o papel de veto, elas que nos proibem de arriscar ou enveredar por perspectivas falsas. As fontes não nos revelam o que devemos dizer, nem são capazes de impedir nossos erros advindos de uma sobre carga subjetiva, mas delimitam o que não podemos dizer sobre o passado.

Penso que o caminho do historiador seja formado também de acasos, mas não se fala disso para não ferir o nosso ego. Mas o que me impede de dizer que encontrei a principal

fonte desta pesquisa por acaso? Acho até que isto tornou o meu processo de escrita mais interessante, pois era a partir da fonte que surgia a necessidade de construir um arsenal teórico e não de uma temática pré-definida. Escrevi sem certeza alguma de nada, mas creio que as certezas não são boas companhias para os historiadores.

Tentei escrever para produzir um conhecimento sólido, mas já agora depois dos tremores do processo percebo que historiografia é água viva e fluida e constantemente precisamos revisitar nossas questões. Este é então um trabalho sem fim, e é assim deve ser.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e cenográfica da província do Piauí*. Teresina: COMPEPI, 1981.

ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866*. - 2. Ed.- Teresina: EDUFPI, 2015.

BARATTA, María Victoria. *Representaciones de Paraguay en Argentina Durante la Guerra de la Triple Alianza, 1864- 1870*. Revista eletrônica SURES. ISSN 2317-2738. v. 1, n° 4. 2014.

BARATTA, María Victoria. *La identidad nacional argentina durante la Guerra del Paraguay*. Representaciones, lenguajes políticos y conceptos en el diario La Nación Argentina (1862-1870). Almanack, n. 3, p. 82-98, 2012.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL, Periódico político. *A Imprensa*. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: fev/2019.

\_\_\_\_\_. Periódico político. *O Piauí*. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: fev/2019.

BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL. Periódico político. *El Mosquito*. disponível em <http://www.wdl.org>. Acesso em fev/2019.

BOBBIO, Norberto (1909). *Dicionário de política I Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino*. Trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1º ed., 1998.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: Família e poder*- Teresina: Fundação cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em fev/2019.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11<sup>a</sup> ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo. Companhia das letras, 3<sup>a</sup> Ed., 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*. Propaganda Política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.

CARVALHO, Nayra Rodrigues. *História E Memória de Antônio Coelho Rodrigues: Sua Contribuição Para a Formação do Estado Nacional Brasileiro*.

CORBO, Tomás Sansón. La historiografía uruguaya sobre la Guerra de la Triple Alianza. Trayectos, tradiciones, ¿resignificaciones? Diálogos - *Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 19, n.º. 3, pp. 955-979, 2015.

CHAVES, Joaquim (Pe). *Teresina: subsídios para a História do Piauí*. Teresina: [s. n.], 1952.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim - o Cotidiano dos Trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2<sup>o</sup> edição. Campinas SP. Editora Unicamp.2001

CHIARAMONTE, José Carlos. *La formación de los estados nacionales em Iberoamérica*. Boletín del Instituto de Historia Argentina e Americana “Dr. Emilio Ravignani”. Tercera serie n.º 15. 1997.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*; tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *A era das revoluções*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JOHANSSON, María Lucrecia. *Estado, guerra y actividad periodística durante la guerra del Paraguay (1864-1870)*. Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti” Córdoba (Argentina), año 10, n.º 10, 2010.

TAPETY, Audrey Freitas. *O vaqueiro no Piauí: representações e praticas socioculturais*. Imperatriz, MA: Ética.2007.

KOSELLECK, R. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão de tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

LIMA, Nilsângela Cardoso. *Imagens de Teresina (PI) Do Século XIX-XX: Sentimentos, Desejos, Tramas Urbanas e Práticas Jornalísticas*.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida e (1833-1896) Os programas dos partidos e o 2º Império, de, São Paulo, 1878. In: *Manifesto republicano de 1870*(p.60-89). Disponível em: Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179482> . Acesso em fev/2019.

RAMIREZ BRASCHI, Dardo. *Origen de las agrupaciones electorales em la provincia de Corrientes*. De caseros a las presidencias liberales. Moglia Ediciones. Corrientes ISBN 987-1035-47-0.2004.

RÊGO LEAL, Ana Regina Barros. *Jornais Monarquistas Piauienses - mapeamento da temática republicana no final do Segundo Reinado*.GT 4 – História da Mídia Impressa. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/1o-encontro-2003-1/imprensa%20piauiense.doc>. Acesso em jan/2019.

\_\_\_\_\_. *Imprensa Piauiense e os Ideais Republicanos: A atuação do Jornalista David Moreira Caldas no Piauí*.Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro2001/Imprensa%20Piauiense%20e%20os%20Ideais%20Republicanos%20%20A%20Oatuacao%20do%20Jornalista%20David%20Moreira%20Caldas%20no%20Piaui.doc>. Acesso em fev/2019.

\_\_\_\_\_.*Jornais Monarquistas Piauienses- mapeamento da temática republicana no final do Segundo Reinado*. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1/JORNAIS%20MONARQUISTAS%20PIAUIENSES.doc>. Acesso em fev/2019.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. *Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *A Jangada de Pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TORAL, de Amaral André. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*.USP. Revista eletrônica Estudos avançados v. 9. n. 24.1995.

VOTA, María Silvina Sosa. Rivalidades históricas: la imagen de Brasil en la prensa ilustrada porteña a finales del siglo XIX. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, ISSN 1679-1061, N°. 22, p. 118-146. 2017.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
 ( ) Dissertação  
 (X) Monografia  
 ( ) Artigo

Eu, Maira Delmonde de Mota,  
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de  
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,  
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação  
A palavra e o conceito: a força de conceitos políticos e sociais  
na discursão do periódico político A Imprensa (1865-1889)  
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título  
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 16 de julho de 20 19

Maira Delmonde de Mota  
 Assinatura

Maira Delmonde de Mota  
 Assinatura